



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

---

ANO LVIII – Nº 086 – SÁBADO, 21 DE JUNHO DE 2003 – BRASÍLIA - DF

---

<b>MESA</b>		
<b>Presidente</b> José Sarney – PMDB – AP <b>1º Vice-Presidente</b> Paulo Paim – BLOCO – PT – RS <b>2º Vice-Presidente</b> Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO <b>1º Secretário</b> Romeu Tuma – PFL – SP <b>2º Secretário</b> Alberto Silva – PMDB – PI	<b>3º Secretário</b> Heráclito Fortes – PFL – PI <b>4º Secretário</b> Sérgio Zambiasi – BLOCO – PTB – RS  <b>Suplentes de Secretário</b> 1º João Alberto Souza – PMDB – MA 2º Serys Slhessarenko – BLOCO – PT – MT 3º Geraldo Mesquita Júnior – BLOCO – PSB – AC 4º Marcelo Crivella – BLOCO – PL – RJ	
<b>CORREGEDORIA PARLAMENTAR</b> Romeu Tuma – PFL – SP <b>Corregedores Substitutos</b> Hélio Costa – PMDB – MG Delcídio Amaral – PT – MS Teotônio Vilela Filho – PSDB – AL	<b>PROCURADORIA PARLAMENTAR</b> (Resolução do Senado Federal nº 40/95)  <i>Aguardando indicações pelas lideranças</i>	
<i>Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003</i>		
<b>LIDERANÇAS</b>		
<b>LIDERANÇA DO BLOCO DE APOIO AO GOVERNO - 23</b> (PT, PTB, PSB, PL)  <b>Líder</b> Tião Viana PT-AC  <b>Vice-Líderes</b> Antônio Carlos Valadares Magno Malta Fernando Bezerra Roberto Saturnino Ana Júlia Carepa Flávio Arns Ideli Salvatti Geraldo Mesquita Júnior	<b>Vice-Líderes</b> João Capiberibe Fernando Bezerra Patrícia Saboya Gomes Hélio Costa Marcelo Crivella  <b>LIDERANÇA DO PMDB - 22</b>  <b>Líder</b> Renan Calheiros PMDB-AL  <b>Vice-Líderes</b> Juvêncio da Fonseca Hélio Costa Sérgio Cabral Luiz Otávio Ney Suassuna Garibaldi Alves Filho Romero Jucá	Rodolpho Tourinho José Jorge  <b>LIDERANÇA DO PSDB – 10</b>  <b>Líder</b> Arthur Virgílio PSDB-AM  <b>Vice-Líderes</b> Antero Paes de Barros Lúcia Vânia Leonel Pavan
<b>LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA 28</b> (PFL – PSDB)  <b>Líder</b> Efraim Morais PFL-PB  <b>Vice-Líderes</b> Eduardo Azeredo Rodolpho Tourinho	<b>LIDERANÇA DO PFL - 18</b>  <b>Líder</b> José Agripino PFL-RN  <b>Vice-Líderes</b> Leomar Quintanilha Paulo Octávio Demóstenes Torres César Borges	<b>LIDERANÇA DO PDT - 5</b>  <b>Líder</b> Jefferson Péres PDT-AM  <b>Vice-Líderes</b> Almeida Lima
<b>LIDERANÇA DO GOVERNO</b>  <b>Líder</b> Aloizio Mercadante PT-SP		<b>LIDERANÇA DO PPS – 3</b>  <b>Líder</b> Mozarildo Cavalcanti PPS-RO  <b>Vice Líder</b> Patrícia Saboya Gomes
<b>EXPEDIENTE</b>		
Agaciol da Silva Maia <b>Diretor-Geral do Senado Federal</b> Júlio Werner Pedrosa <b>Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações</b> José Farias Maranhão <b>Diretor da Subsecretaria Industrial</b>	Raimundo Carreiro Silva <b>Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal</b> Sérgio Castro <b>Diretora da Subsecretaria de Ata</b> Denise Ortega de Baere <b>Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</b>	

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

<b>1 – ATA DA 81<sup>a</sup> SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 20 DE JUNHO DE 2003</b>	
1.1 – ABERTURA	
1.2 – EXPEDIENTE	
<b>1.2.1 – Leitura de parecer</b>	
Nº 691, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 124, de 2003 (nº 245/2003, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Dr. Cláudio Lemos Fonteles para exercer o cargo de Procurador-Geral da República.....	15924
<b>1.2.2 – Comunicação da Presidência</b>	
Término do prazo, quarta-feira última, sem apresentação de emendas ao Projeto de Resolução nº 26, de 2003.....	15931
<b>1.2.3 – Discursos do Expediente</b>	
SENADORA SERYS SLHESSARENKO – Transcrição de discurso pronunciado por S.Exa. no Senado da República Mexicana durante a realização de seminário internacional sobre os direitos políticos das mulheres na América. Desvio de recursos da Previdência Social para outros órgãos.....	15931
SENADOR PAULO PAIM – Perspectivas de alteração na Reforma da Previdência. Análise de programas na área de educação. .....	15941
SENADORA IRIS DE ARAÚJO – Trabalho informal no Brasil.....	15946
<b>1.2.4 – Discurso encaminhado à publicação</b>	

SENADORA LÚCIA VÂNIA – Críticas ao novo decreto que dispõe sobre as políticas públicas no setor das telecomunicações.....	15949
1.3 – ENCERRAMENTO	
<b>2 – DISCURSOS PRONUNCIADOS EM SESSÃO ANTERIOR</b>	
Do Senador Aloizio Mercadante, proferidos na sessão de 18 de junho de 2003. ....	15950
<b>3 – PARECER</b>	
Nº 40, de 2003-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Aviso nº 2, de 2003-CN.....	15958
<b>4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52<sup>a</sup> LEGISLATURA</b>	
<b>5 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES</b>	
<b>6 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR</b>	
<b>7 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR</b>	
<b>8 – PROCURADORIA PARLAMENTAR</b>	
<b>9 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ</b>	
<b>CONGRESSO NACIONAL</b>	
<b>10 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL</b>	
<b>11 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)</b>	
<b>12 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)</b>	

## Ata da 81ª Sessão Não Deliberativa em 20 de junho de 2003

### 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Paulo Paim e das Sras. Serys Shessarenko e Iris de Araújo.*

(Inicia-se a sessão às 9 horas)

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, parecer que passo a ler.

É lido o seguinte:

#### PARECER Nº 691, DE 2003

**Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 124, de 2003 (nº 45/2003, na origem), através da qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Doutor Cláudio Lemos Fonteles para exercer o cargo de Procurador-Geral da República.**

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em votação secreta realizada em 18-6-03, apreciando o Relatório (em anexo) apresentado pelo Senador Pedro Simon sobre a Mensagem (SF) nº 124, de 2003, do Presidente da República, opina pela aprovação da escolha do nome do Doutor Cláudio Lemos Fonteles, para exercer o cargo de Procurador-Geral da República, nos termos dos arts. 84, XIV, 52, III, e e 128, § 1º, da Constituição Federal.

Sala da Comissão, 18 de junho de 2003. – **Edison Lobão**, Presidente – **Pedro Simon**, Relator.

#### Relatório

Relator: Senador **Pedro Simon**

#### I – Relatório

O Senhor Presidente da República, por meio da Mensagem nº 124, de 2003 (nº 245, de 9-6-03, na origem), considerando o disposto nos arts. 84, inciso XIV; 52, inciso III, alínea e e 128, § 1º, da Constituição Federal, submete à apreciação do Senado Federal o nome do Doutor Cláudio Lemos Fonteles para exercer o cargo de Procurador-Geral da República.

O indicado é brasileiro, nascido na cidade do Rio de Janeiro, no dia 11 de outubro de 1946, filho de Geraldo Andrade Fonteles e Maria Correa Fonteles. Casado, advogado, exerce atualmente, o cargo de Subprocurador-Geral da República.

A formação escolar do indicado tem início no Colégio Companhia Tereza de Jesus, onde completa os quatro anos do curso primário, entre 1953 a 1956. O curso secundário compreende um ano (1957) no Instituto Guanabara, onde cumpre o curso de Admissão ao Ginásio; dois anos e meio (1958 a junho de 1960), no Externato São José, no Rio de Janeiro; um ano e meio (agosto de 1960 a 1961) completando o curso ginásial, nos educandários hoje denominados Ginásio do Plano Piloto e Centro de Ensino Médio Elefante Branco, em Brasília – DF. Ainda no Centro de Ensino Médio Elefante Branco, cursou e concluiu os três anos do Curso Clássico (1962/1964). O Curso Superior foi feito na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade de Brasília (UnB), de 1965 a 1969, onde se formou em Direito.

*Atividades no Magistério Fundamental:* Diplomado em Língua Inglesa pela Casa Thomas Jefferson, foi professor de inglês, após habilitação em Exame de Suficiência a que se submeteu na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal de Goiás – Registro D nº 44.508/MEC. Diplomou-se em Língua Francesa pela Alliance Française. Participou, ainda, do II Seminário de Pesquisas Pedagógicas promovido pela Secretaria de Educação e Cultura, no CEMAB.

*Exercício no Magistério Fundamental:* no Ginásio Industrial de Sobradinho (14-6-66 a 8-8-66), no Centro de Ensino Médio Ave Branca (8-8-66 a 14-5-67) e Ginásio Asa Norte (14-5-67 a 31-3-68).

*Atividades no Magistério Superior:* Curso de Especialização em Direito Público, em nível de graduação, pela Universidade de Brasília; Monitor em Direito Constitucional, conforme AR nº 545/69, publicado no Boletim nº 34, Ano III, da UnB; Participou do II Congresso de Direito Penal e Ciências Afins, realizado em Brasília, em outubro de 1967, na qualidade de ouvinte;

Participou do Curso de Estudos Brasileiros, promovido pela UnB, no 1º semestre de 1939; participou, na qualidade de ouvinte, da II Semana do Ministério Público do DF; Participou, na qualidade de ouvinte, do VII Congresso Interamericano de Filosofia do Direito, realizado em Brasília; Professor das disciplinas Direito Penal e Processo Penal nos cursos, em nível superior, de formação de Delegado da Polícia Federal, na Academia Nacional de Polícia, a partir de junho de 1976; Encarregado, pela Portaria nº 198/77 ANP, da elaboração do programa e questões de Direito Penal e Direito Processual Penal ao concurso público nacional para ingresso nos cargos de Agente da Polícia Federal e Escrivão (**DOU** de 13-9-77); Aprovado, em concurso público de provas e títulos para ingresso no curso de Mestrado oferecido pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais, na área Direito e Estado, obtendo a 3ª colocação geral (março de 1975); Detentor do Certificado de conclusão do Curso de Pós-graduação na área de Direito e Estado, conferido pela UnB; Mestre em Direito: título obtido, no dia 21-6-83, porque unanimemente aprovada sua dissertação “A posição do Ministério Público Perspectiva Processual Penal”, sustentada perante a Banca Examinadora composta pelos Professores de Direito da UnB: Henrique Fonseca Araújo, Adhemar Raymundo e Elmano Cavalcanti Farias; Membro efetivo da Banca Examinadora para contratação de professores pela Universidade de Brasília, na área de Direito Processual Penal.

*Exercício do Magistério Superior:* Professor contratado do Centro Universitário de Brasília – CEUB, onde leciona Direito Processual Penal, na categoria de Professor-Adjunto, desde 1º de junho de 1971, tendo rescindido o contrato de trabalho em janeiro de 2001 Escolhido, pelas 4 turmas que concluíram o Curso de Direito em dezembro de 1974, como “Nome de Turma”, então denominada “Turma Cláudio Lemos Fonteles”; Eleito Paraninfo, pela unanimidade dos formandos de Direito do CEUB, de dezembro de 1975; Designado Professor-Titular da disciplina Direito Processual Penal, pelo Conselho Departamental da Faculdade de Direito do CEUB, a partir de novembro de 1983; Professor de Direito Processual Penal da Escola Superior de Magistratura – ESUMA, Seção DF; Expositor de palestra versando sobre “As Imunidades Pessoais dos Agentes Diplomáticos, Consultores e das Organizações Internacionais, sob o prisma penal”, proferida no dia 2-12-77, no Auditório Dois Candangos, da UnB, sob a chancela do Departamento de Ciências Políticas e Relações Internacionais daquela Universidade; Preletor Oficial da V Semana Internacional de Criminologia, realizada sob os auspí-

cios do Instituto Oscar Freire, na 1ª semana de agosto de 1975, quando apresentou a tese “O Tratamento Penitenciário”; Autor do artigo doutrinário “A Propósito da Norma Jurídica”, publicado na Revista de Informação Legislativa do Senado Federal (vol. 48, pág. 215); Autor do artigo “A Condicionante de Ausência de Periculosidade à Concessão de Indulto: Implicação”, publicado na Revista do Conselho Penitenciário do Distrito Federal nº 37; Autor do artigo “Alguns Aspectos da Competência do Juiz das Execuções Criminais no apreciar Medidas de Segurança impostas pelo Juiz de Conhecimento”, publicado na Revista do Conselho Penitenciário do Distrito Federal nº 38; Autor de comentários sobre a Súmula nº 279, do Supremo Tribunal Federal, publicado na Revista de Direito Penal, vol. 25; Distinguido com “Menção Honrosa” nº I Concurso Jurídico Nacional do Ministério Público, patrocinado pela Confederação das Associações do Ministério Público – CAEMP, pelo trabalho “O Alcance do Princípio da Obrigatoriedade na Postura do Ministério Público, perante o Fato Acontecido”, publicado na Revista do Conselho Penitenciário nº 39; Autor do artigo doutrinário “O art nº 61 do Código Penal Militar: Enfoque Interpretativo”, publicado na Revista do Conselho Penitenciário do DF nº 40; Autor de artigo doutrinário “A Competência ao Julgamento dos Incidentes da Execução Penal”, publicado na Revista do Conselho Penitenciário do DF nº 41; Autor do artigo doutrinário “Considerações em torno da Prisão Albergue”, publicado na Revista do Conselho Penitenciário do DI nº 42; Expositor Oficial do I Congresso Nacional de Política Criminal e Penitenciária, na área de Direito Processual Penal, com a Comunicação versando sobre “Posição do Ministério Público”; Membro da Association International de Droit Penal, com sede em Paris, França; Expositor Oficial da II Semana de Direito Penitenciário, promovido pelo Departamento Penitenciário Nacional, órgão do Ministério da Justiça, acontecida em setembro de 1984, com a Comunicação versando sobre “Os Órgãos da Execução Penal (Título III da nova Lei das Execuções Criminais) e da Execução das Penas em Espécie (Título IV da Lei citada)”; Expositor Oficial da I Semana de Direito Público promovida pelo IBRADE, com a Comunicação versando “A Extradição”, palestra proferida no dia 5-11-84; Escolhido pela unanimidade dos formandos da Faculdade de Direito do CEUB – 2º semestre de 1986, seu Patrono: Turma “Heleno Cláudio Fragoso”; Professor contratado pela Universidade de Brasília, a partir de agosto de 1986, na categoria de Professor-Assistente, para a disciplina Direito Penal e Direito Processual Penal; Eleito Paraninfo da Turma “Paulo

Latino Távora", dos formandos em Direito da UnB, no 2º semestre de 1987; Professor homenageado pelos formandos em Direito da UnB, no 1º semestre de 1988, tendo, também, proferido a "Aula da Saudade" para os formandos do 1º semestre de 1988; Expositor, na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, em palestra sobre o tema "O Ministério Público Federal e a Ação Civil Pública", em 21-6-98; Expositor, na Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, em palestra sobre o tema "A Tutela do Índio no Direito Brasileiro", em 1º-9-88; Eleito Paraninfo da "Turma Sobral Pinto" de formandos da UnB de 1990; Chefe do Departamento de Distrito Processual do CEUB – abril de 1995; Professor Titular de Dinito Processual Penal do IESB – Instituto de Ensino Superior de Brasília, a partir de fevereiro de 2000.

*Artigos Publicados em Periódicos:* "Os Julgamentos os Crimes Cometidos contra Comunidades Indígenas pela Justiça Estadual" "Os Direitos Indígenas e a Constituição" (Sérgio Antônio Fabris – Editor – 1993); "O Significado da Individualização da Penal III Revista da Fundação Escolar Superior do Ministério Público do Distrito Federal – Ano 2, nº 3 – janeiro/junho de 1994; "Reflexões em torno do Princípio do Promotor Natural" in Revista da Fundação Escolar Superior do MPDF – Ano 2, nº 4 – julho/dezembro de 1994; "Atribuições à Decisão Revisional sobre Conclusão pelo Arquivamento do Inquérito Policial" in Revista da Fundação Escolar Superior do MPDF – Ano 3, nº 5 – janeiro/junho 1995; "A Responsabilidade do Estado Autoritário" in Revista da Fundação Escolar Superior do MPDF – Ano 3, nº 6 – julho/dezembro de 1995; "Revogação Parcial do Estatuto da Criança, no período de **vacatio legis**, pela Lei dos Crimes Hediondos" in Revista do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária – vol. 1, nº 3 – jan/jun 1994; "Legitimatio ad processum", in Resenha do TRF – 1ª Região – vol. 3, nº 4 – novembro de 1996; "Doações de Órgãos", in Enfoque Jurídico – edição nº 5 – TRT 1ª Região – março de 1997; "O Caso Corumbiara" in Revista de Direitos Humanos – Salvador-BA - edição nº 1 – ano de 1997; "Suspensão da Aplicação de Tipo Penal por Medida Provisória: Consagração do Absurdo" – Boletim do IBCCrim – ano 6, nº 63 – fevereiro de 1988; "A Fome não faz de Famintos, Criminosos" in Enfoque Jurídico – edição nº 12 – maio/junho de 1998.

*Exercício Funcional no Ministério Público:* Estagiário junto à Procuradoria da República no Distrito Federal, de fevereiro a abril de 1968; Estagiário junto à Defensoria e Promotoria Públicas, de maio de 1968

a maio de 1970; Aprovado, em Concurso Público de provas e títulos, para o cargo inicial de Defensor Público, na carreira do Ministério Público do Distrito Federal; Nomeado para o cargo de Assessor-Técnico da Subprocuradoria Geral da República, função esta que exerceu de 3-7-70 a 14-11-72, quando saiu a pedido; Aprovado em Concurso Público de provas e títulos de âmbito nacional, às Funções de Assessoramento Superior do Senado Federal, tendo obtido o 1º lugar, em Direito Administrativo e o 6º lugar, em Distrito Penal, tendo assumido em 14-11-72; Aprovado em Concurso Público de provas e títulos de âmbito nacional, para o cargo de Procurador da República de 3ª categoria, tendo obtido a 4ª classificação geral; Promovido para Procurador da República de 2ª Categoria; Promovido, por merecimento, para o cargo de Procurador da República de 1ª categoria (**DOU** de 10-8-79 – pág. 11805); Designado, por ato do Exmº Sr. Procurador-Geral, para substituir, por tempo indeterminado, na 1ª categoria, o Dr. Joaquim Justino Ribeiro, Subprocurador-Geral da República; Designado, por ato do Exmº Sr. Procurador-Geral, para compor a Comissão Supervisora das provas para o Concurso de Juiz Federal Substituto de 1ª Instância – julho de 1975; Expositor de Palestra sobre o "Inquérito Policial Militar", no 1º BPM de Brasília – julho de 1974; Autor do Estudo "Delitos Econômicos e contra Administração Pública", pertinente ao Direito Penal, parte especial, que constou do 2º volume da publicação *Tecno-Fiscum*, destinada aos candidatos ao concurso de Agente Fiscal dos Tributos Federais; Designado Membro do Conselho Penitenciário, por ato do Governo do Distrito Federal (Decreto de 27-9-78, DO/DF de 2-10-78, ano III, nº 188); Designado Secretário do Concurso para ingresso no Ministério Público Federal (Portaria nº 31/13, de 13-2-79); Eleito Presidente do Conselho Penitenciário do Distrito Federal, para o período setembro/83 a setembro/85; Designado Chefe de Gabinete do Exmº Sr. Procurador-Geral da República (Portaria nº 74, publicada no **DOU** de 21-3-85, Seção II); Membro-Substituto do Exmº Sr. Procurador-Geral da República, no Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, onde é relator de vários feitos, destacando-se a luta pela demarcação das terras indígenas no território de Roraima; nomeado, para exercer: o cargo em comissão de Subprocurador-Geral da República, por Decreto de 15-4-87; Promovido, por merecimento, a Procurador da República de Categoria Especial (Portaria nº 125/88 – **DOU**, Seção II, de 28-3-88, pág. 2350); Transformado seu cargo de Procurador da República de Categoria Especial para Subprocurador-Geral da República,

ocupa hoje este cargo, com atuação na área criminal, no Supremo Tribunal Federal; Designado Secretário de Coordenação da Secretaria de Coordenação da Defesa dos Direitos Individuais e Interesses Difusos – SECODID, do Ministério Público Federal, em março de 1987; Designado Secretário de Coordenação dos Assuntos Criminais do Ministério Público Federal, em novembro de 1991); Nomeado Consultor Jurídico do Ministério da Justiça, entre 9-4 e outubro de 1992; Proferiu a Aula Inaugural do Curso Superior de Polícia Militar – 1992 – sobre o tema “A Violência e a Sociedade Brasileira”, em 1º-6-92; Proferiu a Aula Inaugural da Escola Superior do Ministério Público do DF – 1991 – sobre o tema “O Princípio da Presunção de Inocência”; Palestrante do I Ciclo de Estudos de Direitos Humanos da OAB/DF – 4-6-92 – sobre o tema “A Tortura”; Membro oficial da Banca Examinadora ao ingresso na carreira do Ministério Público Federal, examinador das disciplinas Direito Processual Penal e Direito Penal; Proferiu a Aula Inaugural da Escola Superior do Ministério Público do DF – 1988 – sobre o tema “O Princípio do Promotor Natural”; Expositor no Painel “Investigação Criminal pelo Ministério Público e Procedimentos”, promovido pela Fundação Escola Superior do Ministério Público do DF, em maio de 1998; Expositor, no Simpósio Internacional sobre Combate ao Crime Organizado, de 3 a 6-6-03, em Brasília – DF.

## II – Voto

Para iniciar, devo dizer que o doutor Cláudio Fonteles; – agora indicado para assumir a Procuradoria-Geral da República, um dos mais importantes e espinhosos cargos da Nação – é um homem de grandes qualidades pessoais, profissionais e morais.

Para melhor embasar este meu voto, para torná-lo impecável, como devem ser todos os atos da vida pública, recorri a ajuda de amigos e de colegas de trabalho de Cláudio Fonteles. Solicitei a eles que listassem aquelas qualidades que fazem dele um homem excepcional e um líder natural da categoria de Procuradores da República.

Digo que Cláudio Fonteles é um líder nato porque a liderança se comprovou, recentemente, quando foi feita uma consulta ao quadro de Procuradores da República e ele recebeu a mais expressiva votação, quase 70% dos 439 Procuradores Federais o elegeram como o mais apto para o cargo.

Essa liderança na corporação foi agora confirmada com a indicação, pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do nome de Cláudio Fonteles para exercer a Procuradoria-Geral.

Mas eu prefiro começar o elogio de Cláudio Fonteles falando do seu lado humano. Cláudio Fonteles, segundo depoimento dos que privam com ele, é, antes de mais nada, um amigo leal, com o qual se pode contar em todas as ocasiões, mesmo nas situações mais dramáticas.

Cláudio Fonteles é dotado de grande serenidade, o que faz dele um conciliador.

Outra de suas qualidades mais destacadas é a sinceridade. Apesar de sua imensa generosidade, ele sabe dizer não quando o não é necessário. Cláudio Fonteles é um homem rigoroso na defesa de seus valores e de seus princípios.

Mas eu diria que, acima de tudo, Cláudio Fonteles é um ser humano disposto a escutar e a servir. Raras são as pessoas que hoje, nesses nossos dias conturbados, sabem escutar os outros. Cláudio Fonteles fez disso uma profissão de fé. Está sempre disposto a ouvir as pessoas mais humildes.

Não quero me estender nesse ponto, mas devo dizer que conheço e admiro profundamente o trabalho voluntário de Cláudio Fonteles junto a entidades que trabalham no resgate de jovens dependentes químicos.

Por fim, eu diria que ele é um homem de sorriso aberto, um sorriso permanente que é um retrato perfeito do que lhe vai pelo coração. Passemos agora ao exame das qualidades profissionais que o conduziram a este que é um dos mais elevados cargos da República.

Falemos inicialmente de sua coerência histórica. Cláudio Fonteles ingressou nos quadros do Ministério Público da União nos anos 70, quando vivíamos a mais trágica etapa da vida política brasileira recente. Era tempo de arbitrariedades inomináveis, mas Cláudio Fonteles manteve-se fiel aos mais sagrados fundamentos do Direito, mesmo sofrendo represálias. Naquela época, teve partes de seus trabalhos retirados de processos, em especial os textos em que defendia a intocabilidade dos direitos humanos. Em suma, Cláudio Fontes sobre resistiu numa época em que era preciso muita coragem para resistir.

Tecnicamente, profissionalmente, Cláudio Fonteles também é muito respeitado pela totalidade dos seus companheiros. A começar pela sua vasta cultura geral, que o levou a adoção de uma postura humanística, que está no cerne de todos os seus pareceres. Seus dons intelectuais, em especial em material criminal, são reconhecidos pela unanimidade dos procuradores.

Em suas teses, encontro uma, entre tantas, em que há estreita sintonia de nossas concepções, a necessidade da participação do Ministério Público na coordenação do inquérito policial, que hoje se não é, por vezes, inócuo ou distorcido, seja pelo tempo seja pia inadequação factual. Assim melhor defende o ilustre Procurador:

"A tramitação da investigação preliminar deve acontecer direta e desburocratizadamente entre Ministério Público e polícia de investigação.

Com isso, a polícia de investigação, no Estado Democrático de Direito, como órgão da sociedade, e não departamento da estrutura centralizada da administração pública, leia-se do Poder Executivo, longe ficará das inevitáveis pressões político – partidárias, e, assim, polícia e Ministério Público, poderão, juntos, e de forma muito mais célere, efetiva e independente, responder aos anseios de justiça criminal que não seja seletiva, sempre em detrimento do mais fraco, do excluído, mas contemple a todos, sem injunções preconceituosas.

O Estado Democrático de Direito é o que impõe limites a si próprio e essencialmente na sua tarefa administrativa – Poder Executivo –, não só para que a pessoa humana dotada seja de garantias efetivas, até que aconteça o ato final de privação de sua liberdade, se assim se concluir judicialmente, mas também para que a sociedade, comprometida com os valores de justiça e paz, únicos capazes de a todos propiciar igualdade nas oportunidades, possa voltar-se contra quem quer que seja – ricos e pobres que, por condutas concretas ofensivas da vida; do patrimônio público e privado; da saúde; do meio ambiente; etc., comprometam o viver em comunidade."

Outro exemplo de coragem, de ousadia, que Cláudio Fonteles expressa em seu artigo intitulado: Violência institucionalizada, cultura e processos sociais em transformação. O qual faço questão de transcrever na íntegra, pois considero o texto uma verdadeira aula de cidadania. Segue o Procurador:

"1. A primeira questão a por-se é: a violência está institucionalizada?

2. Dizê-la institucionalizada é fazê-la parte de estrutura orgânica vivencial. E conferir-lhe situação vital.

3. Por esta ótica, não tenho a violência como institucionalizada.

4. A violência está, sim, difusamente propagada, aclimatando-se em "lugares propícios".

5. Difusamente propagada porque o sistema de comunicação, avultando o de imagem, portanto o televisivo, tem no item violência, excelente material de venda.

6. Por que assim?

7. A resposta não é simples.

8. Por certo, o homem e a mulher entregues à sua própria perfeição, e nisto estimulados, por nada se detém, e a violência é o fruto da explosão do ego.

9. Neste processo egocêntrico o ser humano não vale, ganha.

10. Se é para ganhar, a mídia só pode tratar; e contar, com vencedores: **the best is the beast** seria um bom aforismo dentro do sistema **time is money**.

11. É certo que o mecanismo de comunicação social assim se comporta.

12. Não é menos certo, todavia, que fendas acontecem dentro desse mecanismo.

13. As redes televisivas, que dão proeminência aos aspectos da cultura e educação – TVs cultura e educativa – e as que se comprometem com o esforço do resgate de valores, a partir da profissão de fé religiosa – Rede Vida – não deixam de significar contraponto, mesmo que tímido, ao desserviço da mídia posta.

14. Nada é monolítico, fendas hão de existir, sempre.

15. A dinâmica é a identidade do ser humano, até porque o DEUS-AMOR cria infinitamente, e assim nossa semelhança com o Criador.

16. Processos sociais estão sempre em transformação. senão, não seriam processos.

17. É certo que em determinados períodos, como que disto não nos apercebemos, e o sentimento é de angústia, frustração, nihilismo, desfalecimento.

18. Mas quando nos reunimos, criamos o espaço de liberdade, tomado no sentido da criação pela ação e reflexão partilhadas, criação transformadora em algo de nenhuma visibilidade, escassa visibilidade, alguma visibilidade, ou visível pouco importa, porque assim abalado está o construído.

19. Trago-lhes quadro real. A minha instituição: o Ministério Público Federal.

20. Tempo houve em que perfilhou-se com o sistema ditatorial vivido em nosso País.

21. Seus membros tinham a representação judicial da União Federal.

22. Advogavam pelo e para o Poder Executivo Federal. O Presidente da República em quem se concentravam todos os poderes do binômio: segurança e desenvolvimento.

23. Segurança, pela supressão dos apostos.

24. Desenvolvimento, pelo modelo excludente dos que não “produzem”.

25. A partir de 1985, geração de Procuradores da República houve que, ao ensejo da abertura democrática, concretamente posicionou-se no redimensionar as atribuições institucionais do Ministério Público Federal.

26. Despido do alinhamento subserviente ao Poder Executivo Federal, órgão seu até mesmo, e então posto na estrutura administrativa do Ministério da Justiça, partiu-se para ser a voz da Sociedade brasileira ante o Poder Judiciário, tanto no plano criminal, quanto no plano cível.

27. A partir de então, os pleitos judiciais apresentados pelo Ministério Público marcam a defesa ambiental; a defesa das minorias a defesa do patrimônio histórico e cultural; a defesa do patrimônio público; e a própria persecução criminal lança-se, também, sobre os autores dos chamados “crimes de colarinho branco” até então indenes à pretensão punitiva.

28. O Ministério Público Federal a si, e por óbvio, chamou a tarefa investigatória, tanto no campo cível, como na esfera penal, a que melhor preparasse os pleitos judiciais acima expostos.

29. É a dinâmica dos dias atuais que, por certo, encontra resistências.

30. Resistência, no processo político-partidário, advinda dos setores mais retrógrados e conservadores. 31. Tudo perfeitamente explicável: formados e forjados numa visão do mundo não solidária, antes discriminatória, sedimentados na classe dos que têm, para que os que não têm sirvam aos que têm, impensável admitir-se Instituição que, diuturnamente, questione os atos do poder; de seus agentes mais categorizados; e da estrutura econômico-financeira que os sustenta.

32. É por tal razão que o ato de escolha do Procurador-Geral da República ainda se põe, exclusivamente, nas mãos do Presidente da República que, indefinidamente, pode reconduzi-lo ao cargo, assim frustrando a necessária participação efetiva dos membros da Instituição no procedimento, e também a renovação periódica no quadro superior da Instituição.

33. É por tal razão que as tentativas de alteração parlamentar e executiva nesse quadro esbarram na resistência efetiva dos grupos políticos conservadores. 34. Resistência, no processo funcional do sistema, advinda dos setores policiais mais retrógrados e conservadores.

35. A Polícia, destinada à apuração dos fatos criminosos, incrustada está no Poder Executivo. Dele depende, a ele serve.

36. No período ditatorial fez-se na face ostensiva da repressão.

37. Tenha-se presente que o símbolo das tarefas de repressão política personificou-se no Delegado da Polícia Civil paulista: Sérgio Fleury.

38. A seu prol até mesmo modificou-se, na ocasião, o Código de Processo Penal a que ao cárcere não fosse em execução provisória de pena, eis que proclamada condenação criminal, ainda que recorribel: a chamada, até os dias que correm, “Lei Fleury”, que alterou os artigos 408 e 594 do Código de Processo Penal.

39. A partir do combate à criminalidade política, o combate à criminalidade é assim mesmo visto: combate à criminalidade, e, em estado cotidiano de luta, a desconsideração à pessoa de quem delinqüiu e o emprego dos métodos de violência e degradação da pessoa que delinqüiu são normais.

40. O desafio: mudar esse quadro. Tal ocorreu e vem ocorrendo com o Ministério Público, também a Polícia necessita ser transformada.

41. Há de haver o serviço policial de cidadania, digamos assim, por destinar-se ao auxílio cotidiano da pessoa, tal o serviço policial de trânsito urbano; de vigilância sanitária; ambiental; histórico-cultural; de apoio à criança; ao adolescente; ao idoso; e a qualquer pessoa que dele necessite, seja porque precisa atravessar a rua; porque acidentou-se; porque está perdida; etc. Este é tarefa do Poder Executivo provê-lo.

42. Mas há de haver, também, o serviço policial de investigação, presente quando surgiu o fato delituoso, o fato que compromete a paz social tanto na agressão visível à própria pessoa humana, em si, ou no seu patrimônio, quanto na agressão delituosa ao sistema tributário; ao sistema financeiro; ao sistema previdenciário, ao sistema da administração pública; ao sistema da justiça. Aqui, o serviço policial não pode ser órgão do Poder Executivo, a ele subserviente. Aqui o serviço policial desloca-se à Sociedade, como a sociedade serve o Ministério Público, como antes dito, e aqui o trabalho policial alia-se ao trabalho

acusatório do Ministério Público, e passa a compor, qualificadamente, os quadros institucionais do Ministério Público.

43. "O vento sopra onde quer e ouves o seu ruído, mas não sabes de onde vem nem para onde vai" (Jó 3:8).

44. "Eis porque o que está posto, nunca pode sê-lo perpetuamente enquanto neste mundo vivemos. impelidos pelo espírito, que sopra é nosso dever ao próximo oferecer nosso pensamento e ação, eis porque aqui lhes falei, eis porque aqui vim."

Após estas palavras, pareceria-nos que não haveria mais nada a dizer sobre o Dr. Fonteles, entretanto, mais traços de sua pessoa merecem ser destacados. Disciplinado e diligente no seu trabalho, não se conhece notícia de que Cláudio Fonteles tenha retardado um só de seus pareceres. Mesmo nas questões mais complexas, que ele estuda com profundidade, seus pareceres são apresentados com presteza, uma presteza que só faz aumentar sua reputação de trabalhador incansável e eficiente.

No âmbito do Ministério Público é conhecida a sua permanente disposição para ajudar os colegas mais jovens, que a ele recorrem em busca de conselhos para o enfrentamento das questões mais espinhosas.

Por fim, eu não poderia deixar de fazer o elogio de sua postura diante da realidade brasileira. Cláudio Fonteles é um bom homem extremamente preocupado com a questão social. Como Procurador, sempre se mostrou sensível ao nosso quadro social, marcado pela desigualdade, que relega milhões de cidadãos à marginalidade. Para ele, o verdadeiro estado de direito é a plenitude da cidadania e da solidariedade humana.

Cláudio Fonteles é mais que habilitado e qualificado para o exercício do cargo de Procurador-Geral da República, acredito que é o homem certo na hora e lugar certos, este é meu relatório.

Sala das Reuniões, 18 de junho de 2003. – **Edison Lobão**, Presidente – **Pedro Simon**, Relator – **Serys Slhessarenko** – **Aloizio Mercadante** – **Tião Viana** – **Magno Malta** – **Eduardo Suplicy** – **Geraldo Mesquita Júnior** – **João Capiberibe** – **Amir Lando** – **José Maranhão** – **Juvêncio da Fonseca** – **Papaléo Paes** – **Antônio Carlos Magalhães** – **César Borges** – **Demóstenes Torres** – **José Jorge** – **Tasso Jereissati** – **Antero Paes de Barros** – **Jefferson Péres** – **João Batista Motta**.

## LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

### CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA

#### Seção IV Do Senado Federal

Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

III – aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de:

- a) Magistrados, nos casos estabelecidos nesta Constituição;
- b) Ministros do Tribunal de Contas da União indicados pelo Presidente da República;
- c) Governador de Território;
- d) Presidente e diretores do Banco Central;
- e) Procurador-Geral da República;
- f) titulares de outros cargos que a lei determinar;

#### Seção II Das Atribuições do Presidente da República

Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:

XIV – nomear, após aprovação pelo Senado Federal, os Ministros do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores, os Governadores de Territórios, o Procurador-Geral da República, o presidente e os diretores do Banco Central e outros servidores, quando determinado em lei

#### Seção I Do Ministério Público

Art. 128. O Ministério Público abrange:

I – o Ministério Público da União, que comprehende:

- a) o Ministério Públíco Federal;
- b) o Ministério Públíco do Trabalho;
- c) o Ministério Públíco Militar;
- d) o Ministério Públíco do Distrito Federal e Territórios;

II – os Ministérios Públícos dos Estados.

§ 1º O Ministério Públíco da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Pre-

sidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida a recondução.

.....

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – O parecer lido vai à publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – Encerrou-se na última quarta-feira o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Resolução nº 26, de 2003, de autoria do Senador Antero Paes de Barros, que altera a Resolução nº 93, de 1970, que estabelece o Regimento Interno do Senado Federal (dispõe sobre as assinaturas de apoio nas proposições legislativas).

Ao projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria vai às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, e Diretora.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Papaléo Paes. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Roberto Saturnino. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Garibaldi Alves Filho. (Pausa.)

Concedo a palavra à Senadora Serys Slhessarenko, por permuta com este Senador, Senador Paulo Paim.

S. Ex<sup>a</sup> está com a palavra.

**A SRA. SERYS SLHESSARENKO** (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente desta sessão, Senador Paulo Paim, falaremos esta manhã sobre dois assuntos: primeiro, faremos um breve relato da nossa estada, nos dias 10 e 11, no México, onde participamos do seminário internacional “Os Direitos Políticos das Mulheres na América”, promovido pelo Senado daquele país. Participaram do evento, além dos Senadores mexicanos, Senadores da República Dominicana, da Argentina, Chile, Costa Rica, Uruguai, Colômbia, Peru, Guatemala, Senegal e Brasil, que foi por nós representado.

Participamos de um dos painéis que tratava da questão dos Parlamentos, “O Entorno Desafiante para as Mulheres nos Parlamentos”. Dessa mesa, participaram conosco as Deputadas Federais Epsy

Campbell, da Costa Rica, e Beatriz Paredes, do México, que, aliás, já foi Presidente do Parlatino.

Não vou ler o discurso que lá fizemos, porque é razoavelmente longo, e o tempo não permitiria, mas pedimos seu registro, na íntegra, nos Anais do Senado da República do nosso País.

Além de pronunciarmos esse discurso, tivemos várias participações em outros painéis por meio de questionamentos e de discussões.

Antes de fazer uma síntese desse encontro, farei algumas colocações muito breves, porque a grande discussão, como sempre num encontro de mulheres, é a busca, por todas as formas, da eliminação da discriminação contra a mulher, seja no trabalho, seja na família, seja na política, enfim, em todos os setores da sociedade.

Vamos começar fazendo não um histórico, mas uma síntese muito rápida sobre o assunto.

Sr. Presidente Paulo Paim, pergunto a V. Ex<sup>a</sup>, que luta tanto contra a discriminação em vários setores, mas especificamente contra a discriminação contra o negro, contra a discriminação contra as minorias, se mulher e negro neste País são minorias. Com certeza, não. Foi dito na Declaração Universal dos Direitos Humanos, e vem sendo reafirmado em outras instâncias, que todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos e que todas as pessoas podem e devem exigir o respeito a esses direitos em suas vidas.

Os diferentes tratados internacionais de direitos humanos, firmados depois da Declaração Universal dos Direitos Humanos, reafirmam que os direitos das mulheres são direitos humanos. Fez-se necessária a criação de tratados internacionais – isso foi bastante discutido no México – para se dizer, Senadora Iris, que os direitos das mulheres são direitos humanos! É incrível, mas se fez necessário. Com isso se está dizendo que todos os direitos humanos fundamentais, como o respeito à vida e à dignidade da pessoa humana, são também direitos das mulheres, e que todos os direitos conquistados para os homens devem valer da mesma maneira para todas as mulheres.

Reconhece-se ainda que, para que esses direitos se tornem realidade na vida das mulheres, os governos devem adotar medidas concretas de promoção da igualdade entre mulheres e homens. Esta foi uma das grandes discussões no Seminário International das Américas: que os governos devem fazer valer a igualdade de direitos entre homens e mulheres. Algumas decisões foram tomadas nesse sentido.

Foi lembrado também lá que a discriminação é uma forma de tirar das mulheres a possibilidade de viver em condições iguais, dificultando seu acesso às oportunidades na vida política, econômica, social e cultural, e que isso tem empobrecido as mulheres, diminuído o seu acesso à saúde, à educação e às oportunidades de emprego.

É reconhecido, ainda, que a contribuição da mulher ao bem-estar da família, seu trabalho no lar e os cuidados na educação dos filhos não são valorizados como deveriam, impedindo tanto o seu desenvolvimento como pessoa quanto o de toda a sociedade.

Chamamos à atenção também para o fato de que as responsabilidades na casa e na família devem ser compartilhadas igualmente entre mulheres e homens, que o direito ao emprego e ao salário também deve ser igual e que, para alcançar a igualdade, é preciso mudar a forma como as pessoas pensam e se comportam em relação ao que mulheres e homens devem fazer em suas vidas em sociedade e na família. Isso porque, infelizmente, em todos os setores da sociedade sempre tem existido alguma forma de discriminar a mulher, de tratá-la de forma diferenciada. Isso vai desde a discriminação mais séria a pequenos comentários e piadas que são feitas no sentido de que a mulher é um ser inferior que tem que ser tratado como tal. E isso foi bastante discutido.

Infelizmente, o tempo não nos permite trabalhar todas as idéias que por lá foram discutidas nesses dois dias de intensos debates – debates que começavam às nove horas da manhã e terminavam às dez horas da noite, inclusive, num dia, sem parada sequer para o almoço. As constatações foram de que continua muito difícil o acesso das mulheres aos parlamentos e, principalmente, para chegarmos a lideranças, tanto no Poder Executivo – governadoras, chefes de Estado ou de governo – como em outras instâncias do poder.

Essas questões foram todas muito discutidas entre as mulheres que lá estavam representando seus países. Estamos buscando alternativas para alcançarmos esses cargos, para podermos exigir, realmente, participação em todos os cargos de poder político em nossos países, por mais que isso, muitas vezes, não seja compartilhado, infelizmente, pelos companheiros homens.

Acredito que, se conquistarmos a igualdade, principalmente no poder político, Senadora Iris, Senador Paim, as outras mudanças advirão com mais agilidade, com mais presteza.

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco/PT – RS) – Permite-me um aparte, Senadora Serlys?

**A SRA. SERYS SLHESSARENKO** (Bloco/PT – MT) – Concedo-lhe o aparte, Senador Paulo Paim.

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco/PT – RS) – Senadora Serlys, serei muito breve. Fiz questão, neste momento em que V. Ex<sup>a</sup> está na tribuna, de ceder o espaço na presidência da sessão à Senadora Iris de Araújo. Ambas fazem um excelente trabalho aqui em defesa daqueles que são, de uma forma ou de outra, discriminados, sejam deficientes, idosos, negros e, no caso específico, mulheres. Por isto essa minha homenagem: uma, brilhantemente na tribuna; a outra, muito brilhante, como sempre, neste momento presidindo a sessão desta manhã. Quero apenas dizer que o seu pronunciamento vem ao encontro do que foi revelado pelo último censo feito pelo IBGE: mais uma vez se comprova que, no caso específico da mulher, há discriminação. Na mesma função e muitas vezes – não dá para negar – com mais capacidade, mais preparada, a mulher ganha praticamente a metade do salário do homem. O pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup> vem mais uma vez como denúncia e também como alerta – se apenas se faz a denúncia, fica a denúncia pela denúncia, mas V. Ex<sup>a</sup> vem com propostas, com encaminhamentos. Por isso fiz questão de, neste momento, do plenário do Senado da República, fazer esse aparte ao brilhante pronunciamento da Senadora. Em relação ao espaço ocupado pelas mulheres no poder, é inegável que o número de mulheres na vida pública está muito aquém daquilo que gostaríamos. Não vou entrar, no momento, na questão específica do negro, mas vou fazer um pronunciamento em seguida em que vou falar do ensino profissional. Nesse segmento, mais do que nunca, temos que valorizar também as mulheres e todos aqueles que são discriminados nas escolas públicas. Esperamos que, com a proposta do Ministro Cristovam Buarque, seja possível a um maior número de pessoas fazer esses cursos. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>.

**A SRA. SERYS SLHESSARENKO** (Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador Paim, pelo seu aparte, perfeito.

De fato, ganhamos a metade dos salários que ganham os homens no desempenho de funções semelhantes, como disse V. Ex<sup>a</sup> baseado nos dados do IBGE. Aliás, também disponho desses dados, mas como não vim para falar sobre eles, não os tenho em mão. Mesmo sem citar números, porém, está comprovado que a mulher, para ocupar o mesmo cargo que o homem, tem que ser muito, muito mais competente, tem que estar muito mais preparada para conseguir a

equiparação no trabalho com os companheiros homens.

Sabemos também que isso não é só fruto e produto da vontade dos companheiros homens. Claro que não. Acreditamos que a mudança só virá e só conseguiremos avançar com a participação efetiva dos homens de mentalidade progressista, aberta, que reconhecem que somos seres absolutamente iguais em termos de direitos; só o movimento de mulheres – esta realmente é uma constatação – não conseguirá modificar a atual situação.

Não vou me estender muito, Srª Presidente, pois o tempo urge. Vou falar rapidamente apenas sobre as soluções que ainda serão tomadas, constantes de um documento que distribuiremos posteriormente a todas as Srªs e Srs. Senadores. Uma delas se refere à necessidade da criação de um organismo internacional de proteção às mulheres. Alguns podem dizer que queremos ser tratadas diferentemente dos homens. Mas, se somos discriminadas, precisamos buscar mecanismos que nos levem a avançar e assim conseguirmos os mesmos direitos. Foi preciso uma declaração, dentro da Declaração dos Direitos Humanos, para que nós, mulheres, tivéssemos os mesmos direitos que os homens. Isso mesmo, para que fôssemos consideradas seres humanos! Nesse sentido, saiu então a proposta da criação desse organismo internacional de proteção às mulheres.

Outro ponto levantado e também interessante em relação à questão da igualdade diz respeito às legislações existentes, no sentido de que devem ser mais discutidas e aprofundadas, inclusive com mudanças em relação à pena em caso de discriminação contra a mulher. Aliás, precisamos de leis punitivas, severas, para qualquer tipo de discriminação. São estarrecedores os exemplos de que tomamos conhecimento dos países que estavam presentes. Assim, que seja considerado um agravante o crime acontecido contra a mulher.

Outra questão interessante, Srª Presidente, Senadora Iris de Araújo, é a lei de quotas. No Brasil, estão assegurados às mulheres 30% das vagas para candidatos. Infelizmente, no entanto, esses 30% não se refletem na prática: na Câmara dos Deputados, temos apenas 8,8% de mulheres; no Senado Federal, se a Ministra Marina Silva estivesse aqui, teríamos 10% ou 12%, mas, sem ela, temos menos que isso. Na Costa Rica, o único dos países presentes onde a lei de quotas é de 50%, há uma participação das mulheres de 37%. Nesse sentido, saiu de lá também a decisão de que os países presentes vão buscar, da-

qui para frente, uma participação de 50% na lei de quotas.

Alguns dirão que por decreto não vai funcionar, como não está funcionando com os 30%. Não está funcionando em parte, porque já houve um tempo, e não vai muito longe, em que não havia nenhuma Senadora. Hoje, já somos nove ou dez. A lei auxilia, mas ainda precisamos lutar para conseguir o que queremos.

Um outro colocado diz respeito à existência do Parlamento de Mulheres no México. Não pretendemos a criação de mais um parlamento. Estamos, sim, elaborando um projeto no sentido de que haja um encontro anual de todas as mulheres de todos os parlamentos e partidos com representação na sociedade civil organizada, que se reuniriam para discutir todas as questões concernentes à mulher que estivessem acontecendo em todos os países. Seria um grande debate, que envolveria mulheres, a sociedade organizada e homens, com certeza, porque precisamos da participação de um número bem mais significativo de homens nesses encontros para que juntos, homens e mulheres, possamos avançar nessa questão.

Antes de encerrar, no entanto, Srª Presidente, gostaria de apresentar alguns dados sobre a tão falada reforma da previdência. Discute-se muito a questão do déficit da Previdência. Tenho aqui um documento que mostra que a Previdência não é deficitária, Senador Paulo Paim. E, se existe algum déficit, é responsabilidade dos desvios existentes com os recursos recolhidos pela previdência.

Os dados que vou ler foram colhidos no **Diário Oficial** da União. Entre novembro e dezembro de 2002, saíram do caixa da Seguridade Social quase R\$6 bilhões para finalidades que não são da Previdência Social. Ou seja, recursos arrecadados para a Previdência e desviados para outras finalidades, para financiar outros órgãos do Governo.

Vou citar alguns exemplos:

Decreto de 8 de novembro de 2002 (sem número), publicado no **DOU** de 11 de novembro de 2002, em seu art. 1º, abre ao Orçamento da Seguridade Social, em favor dos Ministérios da Fazenda, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, do Planejamento, etc., crédito de R\$74 milhões.

Lei nº 10.541, de 7 de novembro de 2002, em seu art. 1º, abre o crédito de R\$3,2 bilhões ao Orçamento da Seguridade Social, em favor de diversos órgãos dos Poderes Executivo e Legislativo.

Decreto nº 4.476, de 21 de novembro de 2002, abre ao Orçamento da Seguridade Social, em favor

de transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito suplementar no valor de R\$80 milhões.

Lei nº 10.572, de 25 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 26 de novembro de 2002, abre o Orçamento da Seguridade Social, em favor do Ministério dos Transportes, crédito suplementar no valor de R\$677 milhões.

Lei nº 10.586, de 4 de dezembro de 2002, abre ao Orçamento da Seguridade Social, em favor do Ministério de Minas e Energia e do Ministério das Comunicações, crédito no valor de R\$68 milhões.

Alguns estão sob a forma de decreto, o que é muito pior.

Decreto (sem número) de 9 de dezembro de 2002, abre ao Orçamento da Seguridade Social, em favor do Ministério da Ciência e Tecnologia, do Ministério da Justiça e do Ministério da Defesa, crédito de R\$56 milhões.

Lei nº 10.594, de 09 de dezembro de 2002, abre ao Orçamento da Seguridade Social, em favor dos Ministérios da Educação, da Cultura e do Esporte e Turismo, crédito de R\$43 milhões.

Lei nº 10.629, de 26 de dezembro de 2002, abre ao Orçamento da Seguridade Social, em favor dos Ministérios da Fazenda, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Integração Nacional, etc., crédito no valor de R\$250 milhões.

Essa lista mostra que em apenas um mês foram desviados para outros fins que não de saúde, assistência e aposentadorias, que são a finalidade da Previdência Social, quase R\$6 bilhões.

Eu voltarei a esse assunto

Desculpe-me, Srª Presidente, por ter ultrapassado um pouco do meu tempo, mas me distraí com tantos dados.

Muito obrigada.

**SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO PRONUNCIADO PELA SRA. SENADORA SERYS SLHESSARENKO NO SENADO DA REPÚBLICA MEXICANA EM 11-6-2003.**

**A SRA. SERYS SLHESSARENKO** (Bloco/PT – MT) – (Saudações aos presentes, conforme protocolo.)

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer o convite que foi feito ao Senado brasileiro para tomar parte neste seminário internacional. É uma honra poder contribuir, em nome do Senado Federal, com uma visão brasileira sobre tema que ganhou nova dimensão no contexto político de meu País.

Não há dúvida de que a crescente presença feminina nos parlamentos, sobretudo nos parlamentos latino-americanos, é um excelente sinal. Ela indica novas perspectivas de avanço no campo dos direitos civis, políticos e sociais – áreas em que tradicionalmente o homem exerceu primazia sobre as mulheres.

Esse quadro de desigualdade começou a ser modificado, no mundo moderno, com o ideário que acompanhou as revoluções americana e francesa. O direito de se buscar a felicidade, um dos fundamentos da nova democracia norte-americana, era, a princípio, extensível a todos os seres humanos, independentemente do gênero. E, na França, os ideais de igualdade, liberdade e fraternidade acenavam com a promessa de uma sociedade livre de preconceitos e de privilégios.

Contudo, mesmo nessas sociedades mais avançadas, a mulher não conseguiu usufruir, de imediato, a mudança de paradigma que as revoluções prometiam. A mesma Revolução Francesa que declara a soberania da vontade popular distingue, em 1791, cidadãos “ativos” – com direito de legislar, de votar e de serem votados – de cidadãos “passivos”, cujos direitos restringiam-se à proteção legal da pessoa, da propriedade e da liberdade. Jamais passou pela cabeça dos líderes revolucionários conceder cidadania ativa às mulheres.

Com efeito, só muito tempo depois, e à custa de muita luta, as mulheres puderam desfrutar plenamente dos direitos legados por esses movimentos sociais. As francesas, por exemplo, só conquistaram o direito de voto no ano de 1944.

As resistências enfrentadas pelas mulheres europeias e norte-americanas agravaram-se ainda mais nos países latino-americanos. A lição de igualdade de direitos entre homens e mulheres é relativizada, na América Latina, em função de nosso quadro histórico de exclusão social, concentração de renda e autoritarismo político.

O Brasil, infelizmente, não fugiu à regra. Uma breve análise da situação da mulher brasileira ao longo da história nos dará a exata noção da evolução da luta pelo exercício dos direitos de cidadania em meu País.

No Brasil Imperial, o papel social da mulher era unicamente o de cuidar da casa e dos filhos. Nos demais aspectos da vida em sociedade, a submissão da mulher ao homem era total. Nesse período, as mulheres não tinham sequer o direito a uma educação formal, e só tiveram permissão para freqüentar instituições de ensino no ano de 1827.

O acesso à educação, contudo, não significou mudança na mentalidade da época. O sentido da educação feminina ainda era o de perpetuar a condição submissa e coadjuvante da mulher. Por muito tempo, o que se ensinava às jovens estudantes tinha o único objetivo de formar filhas obedientes, esposas fiéis e mães exemplares.

O mercado de trabalho, por sua vez, era praticamente impermeável à presença feminina. O modelo tradicional de família – que perdurou até bem recentemente – atribuía à mulher a função de cuidar dos filhos e das tarefas domésticas. Nas classes menos privilegiadas, contudo, a baixa renda do homem era complementada, via de regra, pelos frutos do trabalho feminino. O trabalho, para essas mulheres, não era um direito, mas sim uma imposição econômica, fruto das necessidades de sobrevivência. Essa situação se agravava pelo fato de inexistirem os direitos trabalhistas, hoje comuns, mas impensáveis no período em questão.

A esfera política no Brasil de fins do século XIX era reduto masculino. A participação feminina na vida política nacional existia, mas de forma incipiente e pontual. Nos últimos anos do Império, por exemplo, ligações abolicionistas compostas por mulheres atuaram de forma significativa no processo que culminou na abolição da escravidão. Por essa época, surgiu também, no Brasil, imprensa feita por mulheres, e não somente para mulheres, como ocorria em outros países da região.

Jornais tais como o “**Sexo Feminino**”, editado em Minas Gerais, em 1873, e “**O Domingo**”, feito no Rio de Janeiro nos idos de 1874, demonstram os anseios femininos no sentido de participarem, de modo ativo, na vida política nacional.

Esses anseios se refletiram nos debates da Assembléia Constituinte de 1891, incumbida de elaborar a primeira constituição republicana brasileira. Os parlamentares, homens, em sua totalidade, chegaram a contemplar a possibilidade do voto feminino, que acabou negado.

O começo do século XX presenciou o fortalecimento do movimento feminista no Brasil. Foram as feministas as responsáveis pela inserção definitiva da questão do voto feminino nos debates políticos nacionais.

Nesse período, uma mulher se destacou por seu espírito de liderança e pela sua dedicação à causa feminista. Esta mulher é Bertha Lutz. Em uma época em que raras mulheres eram aceitas no serviço público, Bertha Lutz já exercia funções impor-

tantes no Museu Nacional do Rio de Janeiro, em 1919. No mesmo ano, representou o Brasil no Conselho Feminino Internacional da Organização Internacional do Trabalho – OIT. Sua incansável luta em prol dos direitos da mulher se traduziu, entre outras realizações, na fundação da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, em 1922.

Os esforços de Bertha Lutz e de várias outras lideranças femininas culminaram, em 1932, na instituição do voto feminino no Brasil, mediante a promulgação do Código Eleitoral.

Neste ano, as eleições revestiam-se de especial importância, uma vez que os parlamentares eleitos estariam incumbidos da elaboração da nova Constituição brasileira. A extensão dos direitos políticos às mulheres ensejou o surgimento das primeiras candidaturas femininas ao Congresso Nacional e às Assembléias dos Estados federados. A própria Bertha Lutz candidatou-se a deputada federal pelo Estado do Rio de Janeiro.

Essa evolução da legislação nacional foi coroada com a eleição, pela primeira vez na história brasileira, de uma mulher para integrar o Parlamento do País: Carlota Pereira de Queiroz, que se elegeu deputada federal por São Paulo. Bertha Lutz elegeu-se primeira suplente pelo Rio de Janeiro. Também se elegeram várias deputadas estaduais, distribuídas em diversos Estados brasileiros, tais como: Lili Lages, em Alagoas, Maria Luiza Bittencourt, na Bahia, e Alayde Borba, em São Paulo.

A eleição dessas mulheres, em número tão significativo, demonstra que a materialização jurídica do direito de voto se fez acompanhar da pronta resposta da sociedade brasileira. As eleições de 1932 provaram que a sociedade brasileira estava pronta e madura, não apenas para aceitar o voto e a candidatura das mulheres, mas também para elegê-las suas representantes no Parlamento.

Desse período em diante, descontados os períodos de exceção autoritária do Poder Executivo, a participação da mulher no Poder Público vem aumentando sensivelmente. De duas deputadas em 1932, a representação feminina na Câmara dos Deputados saltou para 26 em 1987, em um período que se caracteriza pela consolidação definitiva da democracia no Brasil. Hoje, contamos com 45 companheiras, número nunca antes alcançado em nossa história. Em 71 anos de presença feminina no Parlamento brasileiro, a representação saltou de 0,4% para 8,8% do total de cadeiras na Câmara dos Deputados.

No Senado Federal brasileiro, as perspectivas são ainda mais alvissareiras. É verdade que o início

da jornada feminina no Senado foi tardio. Somente em 1979 uma mulher ascendeu ao cargo de Senadora, ainda assim na condição de suplente. A Senhora Eunice Michiles teve a honra de abrir o caminho para Marluce Pinto e Júnia Marise, as primeiras Senadoras eleitas como titulares para o exercício do cargo, em 1990.

Apesar do atraso em relação à Câmara, a bancada feminina no Senado é, hoje, proporcionalmente maior que a de nossa Casa irmã. Somos 10 Senadoras, o que, em um universo de 81 parlamentares, representa 12,3% do total de cadeiras.

Aliás, é lícito afirmar que o Senado Federal brasileiro tem passado por transformação inédita em sua história. Não me refiro apenas à presença das mulheres no Plenário e nas Comissões, algo impensável na cabeça de alguns políticos até há poucas décadas atrás. O perfil político da Casa tem sofrido profundas alterações, pois o Senado tem acolhido mulheres emblemáticas na luta pelos direitos da cidadania, mulheres com sólida trajetória política de esquerda.

Esse é o caso, por exemplo, de Benedita da Silva, ex-empregada doméstica, ex-Senadora, ex-Governadora e hoje Ministra de Estado. Negra, nascida em uma favela do Rio de Janeiro, mas plenamente consciente acerca de sua capacidade inata de fazer política, Benedita é hoje expoente nacional na luta contra as discriminações de gênero e social.

Marina Silva, Senadora licenciada, Ministra de Estado e autoridade mundial na defesa do meio ambiente, é outro exemplo pungente de fé e de superação pessoal. Nascida na Amazônia, em uma família de dez irmãos, e analfabeta até os 16 anos de idade, Marina é, hoje, paradigma nacional quando se trata de defender os excluídos e de buscar o desenvolvimento auto-sustentado da Amazônia.

A extraordinária tendência de renovação que observamos no Parlamento Federal se repete nas outras esferas de governo e também nos outros Poderes da República. No Poder Executivo Federal, para ficarmos apenas nos cargos de primeiro escalão, três Ministérios e uma Secretaria de Estado são encabeçados por mulheres. O atual Governo do Estado do Rio de Janeiro está nas mãos de uma mulher, assim como a prefeitura de São Paulo, a maior cidade da América do Sul e segunda maior da América Latina, atrás apenas desta Cidade do México, que tão calorosamente nos recebeu a todos neste Seminário.

Recentemente, outro grande feito foi atingido quando da nomeação da Ministra Ellen Gracie Northfleet para compor o Supremo Tribunal Federal.

Foi a primeira vez em que uma mulher tomou posse na mais elevada Corte Judiciária do Brasil.

Definitivamente inserida na vida pública brasileira, a parcela feminina da população nunca foi tão bem representada na história do Brasil. Questões de interesse das mulheres, historicamente negligenciadas, passaram a ser debatidas com a devida legitimidade.

Temos o exemplo da questão do acesso e da proteção da mulher no mercado de trabalho. Hoje, no Brasil, cerca de 40% dos postos de trabalho são ocupados por mulheres. Das novas vagas que surgem a cada ano, 70% acabam sendo preenchidas pelas mulheres. As brasileiras já somos 38% do total de médicos, 36% dos advogados, juízes e promotores e mais da metade dos arquitetos do País.

Contudo, ainda há muito a conquistar. Ainda que os avanços tenham sido notáveis, ainda persistem discrepâncias na remuneração entre homens e mulheres. O acúmulo das funções de dona-de-casa e de profissional inserida no mercado de trabalho continua a ser uma realidade na maioria dos lares brasileiros.

Um, em cada quatro domicílios brasileiros, é sustentado por mulheres. Mais da metade desses domicílios é gerido por mulheres que têm, no máximo, 4 anos de educação formal. São milhões de mulheres que, em condições precárias e indignamente remuneradas, dão conta de si, de suas casas, de seus familiares e de suas responsabilidades profissionais.

Esses são apenas alguns dos gravíssimos problemas que envolvem os direitos sociais das mulheres no Brasil. Tais distorções terão de ser enfrentadas e corrigidas por meio do diálogo e da composição política. Nesse sentido, o Parlamento assume papel crucial, como testemunha e protagonista do direito em formação.

Para que o Parlamento seja intérprete fidedigno dos anseios populares, porém, há que ser superada a questão da sub-representação feminina, fenômeno que ocorre também nos outros Poderes. Hoje em dia, mais de 50% do eleitorado no Brasil é composto de mulheres; no entanto, pouco mais de 10% dos cargos eletivos são ocupados por elas.

Para o exercício da cidadania plena das mulheres, é preciso ter voz ativa nos Parlamentos de nossos Países. O Parlamento, espaço do diálogo racional e da ponderação, é, sem dúvida, um meio desafiante para as mulheres. Ora, tais atividades eram vistas como incompatíveis com o sexo feminino, o chamado "sexo frágil", tido – na visão preconceituosa de muitos – como vulnerável, sentimental e dependente do homem.

Entretanto, o aumento da presença feminina nos Parlamentos demonstra justamente o contrário das teses defendidas pelos preconceituosos.

Os Parlamentos de ontem, compostos em sua esmagadora maioria por homens brancos, ricos e de direita, são hoje instigados pela presença de mulheres jovens, negras, pobres e de esquerda.

Ouso dizer, companheiras aqui presentes, que, se por um lado, o Parlamento é um meio desafiante para as mulheres, por outro, as mulheres representam um desafio ainda maior para os Parlamentos. As Casas Políticas que hoje nos recebem se vêem na obrigação de repensar seu próprio papel como instituição, se vêem na obrigação de repensar seu próprio conceito de representatividade popular.

É preciso termos a consciência de que vivemos um ponto de inflexão na trajetória política das mulheres. Estou convencida de que corrigir os preconceitos e as desigualdades de gênero é condição necessária para podermos falar em uma real experiência democrática e cidadã.

Nossa luta é, pois, inadiável e essencial na construção de um mundo mais justo e digno.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE A  
SRA. SENADORA SERYS SLHESSARENKO  
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)

**Porta errada**

*Dinheiro da Previdência financiou órgãos  
do governo*

Érica Paula Barcha Correia\*

**I – Introdução**

Muitas são as afirmações a respeito do déficit orçamentário da Previdência Social. Sucessivamente, os governos alegam que o sistema não tem recursos para o pagamento de todas as suas aposentadorias e pensões, apontando-se como solução para o problema um leque de alternativas, dentre as quais a criação de novas taxas para as empresas e a contribuição do inativo, de modo a ampliar a fonte de custeio do sistema.

Entretanto, a leitura dos **Diários Oficiais** da União contradiz, efetivamente, tais afirmações que, infelizmente, nunca chegam ao conhecimento da sociedade. O que pretendemos aqui demonstrar, representa uma parcela muito pequena de uma prática rei-

terada ao longo do governo anterior e que, esperamos, não se repita no governo atual: referimo-nos às vultosas quantias retiradas do caixa da Seguridade Social (integrada pelo tripé Previdência – Assistência Social e Saúde) e destinadas ao financiamento de obras e despesas com pessoal e materiais dos mais diversos órgãos da Administração Pública Federal.

A Assembléia Constituinte, com o objetivo de coibir o histórico desvio de recursos destinados à Previdência Social (como a construção das usinas atômicas de Angra I e II, a construção de Brasília e da ponte Rio-Niterói dentre outras) (1), para outros segmentos da Administração Pública Federal, inovou, na promulgação da Carta Magna de 1988, ao assegurar orçamento próprio para a Seguridade Social. Assim, a partir daí, a Seguridade Social passa a contar com caixa próprio e proteção jurídica contra a utilização de seus recursos para outros fins.

Nestes termos, a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 167, vedou a utilização, sem autorização legislativa específica, de recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social para suprir necessidade ou cobrir déficit de outras áreas, como também vedou a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.

Em outras palavras, a C.F./88 proibiu a utilização de recursos da Seguridade Social para outros fins, salvo se houver, nesse caso, autorização do Congresso Nacional e, ainda assim, desde que não sejam utilizados recursos provenientes das contribuições sociais efetuadas pelas empresas sobre a folha de salários e pelos empregados (já que há proibição expressa neste sentido pelo artigo 167, inciso XI da C.F.).

Entretanto, não obstante a proteção jurídica dispensada ao caixa da Seguridade Social, passamos a demonstrar, algumas das publicações no Diário Oficial da União que, somadas, remontam no total de R\$ 5.070.203.446,00,00 (cinco bilhões, setenta milhões, duzentos e três mil e quatrocentos e quarenta e seis reais).

Cabe ressaltar que os valores retirados da Seguridade Social referem-se, tão somente, ao período de novembro a dezembro de 2002.

São eles:

1 – DECRETO DE 08 DE NOVEMBRO DE 2002 (SEM NÚMERO), PUBLICADO NO DOU – SEÇÃO, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2002

EM SEU ART. 1º, ABRE AO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL, EM FAVOR DOS

MINISTÉRIOS DA FAZENDA, DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO DE TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS, CRÉDITO DE 74.386.185,00 (setenta e quatro milhões, trezentos e oitenta e seis mil, cento e oitenta e cinco reais).

2 – LEI Nº 10.541, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2002

EM SEU ART.1º, ABRE O CRÉDITO DE R\$ 3.201.123.539,00 (três bilhões, duzentos e um milhão, cento e vinte e três mil, quinhentos e trinta e nove reais) AO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL, EM FAVOR DE DIVERSOS ÓRGÃOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO.

3- DECRETO 21 DE NOVEMBRO DE 2002 (SEM NÚMERO)

ABRE AO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL O CRÉDITO DE R\$ 257.711.716,00 (duzentos e cinqüenta e sete mil, setecentos e onze reais e setecentos e dezesseis reais) EM FAVOR DE DIVERSOS ÓRGÃOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO.

4- DECRETO Nº 4.476, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2002

ABRE AO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL, EM FAVOR DE TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS, CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 80.919.141,00 (oitenta milhões, novecentos e dezenove mil, cento e quarenta e um reais).

5 – LEI Nº 10.572, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2002, PUBLICADO NO DOU – SEÇÃO 1, Nº 228, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2002.

ABRE AO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL , EM FAVOR DO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 677.683.990,00 (seiscentos e setenta e sete milhões, seiscentos e oitenta e três mil, novecentos e noventa reais).

6 – LEI Nº 10.576, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2002.

ABRE AO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL, EM FAVOR DOS MINISTÉRIOS DA EDUCAÇÃO E DA SAÚDE NO VALOR DE R\$ 142.091.424,00 (cento e quarenta e dois milhões, noventa e um mil, quatrocentos e vinte e quatro reais).

7 – DECRETO (SEM NÚMERO ) DE 2 DE DEZEMBRO DE 2002 – PUBLICADO NO DOU – SEÇÃO 1, Nº 233, P. 8, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2002.

ABRE AO ORÇAMENTO DE SEGURIDADE SOCIAL, EM FAVOR DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA, CRÉDITO NO VALOR DE R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais).

8 – LEI Nº 10.586, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2002 – PUBLICADA NO DOU – SEÇÃO 1, P. 12, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2002.

ABRE AO ORÇAMENTO DE SEGURIDADE SOCIAL, EM FAVOR DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA E DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 68.123.121,00 (sessenta e oito milhões, cento e vinte e três mil, cento e vinte e um reais).

9 – LEI Nº 10.590, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2002 – PUBLICADA NO DOU – SEÇÃO 1 – P. 17, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2002.

ABRE AO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL, EM FAVOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, CRÉDITO ESPECIAL NO VALOR DE R\$ 240.988,00 (duzentos e quarenta mil, novecentos e oitenta e oito reais).

10 – LEI Nº 10.591, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2002 – PUBLICADA NO DOU – SEÇÃO 1 – P. 18, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2002.

ABRE AO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL, EM FAVOR DO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 197.811.440,00 (cento e noventa e sete milhões, oitocentos e onze mil, quatrocentos e quarenta reais).

11 – DECRETO (SEM NÚMERO) DE 09 DE DEZEMBRO DE 2002 – PUBLICADO NO DOU – SEÇÃO 1, Nº 238, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2002.

ABRE AO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL, EM FAVOR DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA, DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E DO MINISTÉRIO DA DEFESA, CRÉDITO DE 56.277.263,00 (cinquenta e seis milhões, duzentos e setenta e sete mil, duzentos e sessenta e três reais).

12 – LEI Nº 10.594, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2002 – PUBLICADA NO DOU – SEÇÃO 1, P. 1, Nº 239, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2002

ABRE AO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL, EM FAVOR DOS MINISTÉRIOS DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO ESPORTE E TURISMO, CRÉDITO DE 43.762.093,00 (quarenta e três milhões, setecentos e sessenta e dois mil e noventa e três reais).

13 – LEI Nº 10.629, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2002 – PUBLICADA NO DOU – SEÇÃO 1, P.2, Nº 250, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2002.

ABRE AO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL, EM FAVOR DOS MINISTÉRIOS DA FAZENDA, DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, DA INTEGRAÇÃO NACIONAL E TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS, NO VALOR DE 250.072.546,00 (duzentos e cinqüenta milhões, setenta e dois mil, quinhentos e quarenta e seis reais).

Portanto, somente no período mencionado, o valor total retirado do caixa da Seguridade Social resulta no total de R\$ 5.070.203.446,00,00 (cinco bilhões, setenta milhões, duzentos e três mil e quatrocentos e quarenta e seis reais).

Com relação às publicações transcritas passamos às seguintes considerações:

1. Os valores retirados do orçamento da Seguridade Social descritos nos números 1,3,7 e 11 foram autorizados por meio de Decreto, sem número, em flagrante desrespeito ao comando constitucional inscrito no art. 167, V que veda "a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes". Vale destacar que o decreto, segundo a doutrina, é mero ato administrativo(2) e não resulta da deliberação do Congresso Nacional.

2. A C.F., em seu art. 167, inc. XI, proíbe "a utilização dos recursos provenientes das contribuições sociais de que trata o art. 195, incisos I, a, e II, para a realização de despesas distintas do pagamento de benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201."

Em linhas gerais, o texto constitucional veda a utilização de recursos da Seguridade Social provenientes das contribuições dos empregadores sobre a folha de salários e dos trabalhadores e demais segurados da previdência social para outros fins que não sejam aqueles referentes ao pagamento de benefícios do Regime Geral.

Diante do quadro apresentado perguntamos: A Previdência Social é realmente deficitária??? A Previdência Social tem algum mecanismo de controle que permita, em seu caixa, distinguir a receita dos recursos decorrentes das contribuições sociais de que trata o art. 195, incisos I, a, e II da C.F. das demais, arrecadadas sob outra rubrica?

### **I.1 – Do repasse à seguridade Social dos Valores arrecadados pela Receita Federal**

Determina a Lei nº 8.212/91, em seu art. 19, que as contribuições das empresas, incidentes sobre o faturamento e o lucro, bem como as incidentes

sobre a receita de concursos de prognósticos serão mensalmente repassadas pelo Tesouro Nacional à Seguridade Social para a execução de seu orçamento.

Nos termos do art. 14, § 1º, inc. I, e, da Lei nº 10.524, de 25/07/02, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2003, o Poder Executivo deverá divulgar na internet, ao menos, até o 20º dia de cada mês, relatório da arrecadação mensal das receitas federais administradas ou acompanhadas pela Receita Federal, bem como aquelas administradas pelo INSS.

Desse modo, colocamos a seguintes questões:

- o Governo atual tem, efetivamente, controle sobre arrecadação efetuada pela Receita Federal das contribuições destinadas à Seguridade Social?

- o montante arrecadado é repassado aos cofres da Seguridade Social?

- em que veículo de comunicação estão disponibilizadas tais informações? (3)

### **I.2 – A Emenda Constitucional nº 27/00**

Por meio da E.C.27/00, permitiu-se a desvinculação de 20%, no período de 2000 a 2003, da arrecadação de impostos e contribuições sociais da União, de órgão, de fundo ou de despesa. A partir da Emenda, "legitima-se" toda retirada de recursos do orçamento de Seguridade Social, desde que observados os dispositivos constitucionais mencionados (arts. 167, incisos V e XI).

Portanto, a par das considerações tecidas (fundamentadas e demonstradas), podemos concluir que a Previdência Social NÃO É DEFICITÁRIA. Caso contrário, não haveria recursos sendo 'desvinculados' de seu orçamento para outras áreas da administração pública federal.

## **II – Análise Jurídica de alguns pontos da reforma proposta pelo Governo**

### **II.1 – A Instituição de Contribuição para Aposentados e Pensionistas**

Sabemos que doutrinariamente a aposentadoria equivale ao descanso remunerado para aquele que laborou uma vida inteira e já não mais dispõe energia e saúde para prosseguir no trabalho.

A própria C.F., em seu art. 6., assegura como direito social de seus súditos a saúde e a previdência social.

Com base no velho e reiterado argumento de que há necessidade de serem criadas mais outras formas de financiamento da Seguridade Social, em

face de seu déficit, o governo Lula deseja, agora, taxar as aposentadorias e pensões do Regime Geral.

Para que assim proceda, será necessário que se emende, mais uma vez, o texto constitucional, pois, reza seu art. 194, inc. IV que o Poder Público organizará a Seguridade Social pautada na irredutibilidade do valor dos benefícios e dispõe o art. 195, inc. II, que não incidirá contribuição sobre aposentadoria e pensão concedidas pelo regime geral da previdência social.

A respeito da possibilidade de emenda à Constituição Federal, entendemos que, neste caso, por se tratar de diminuição de direitos sociais garantidos pela própria C.F., assegurados ao cidadão pela manifestação de vontade do Poder Constituinte Originário, não há como se legitimar essa emenda.

Quanto à taxação do servidor inativo, reza o texto constitucional, em seu art. 40, que contribuirá para o regime próprio o servidor titular de cargo efetivo. Cabe ressaltar que o servidor inativo não exerce cargo e, portanto, não pode participar da relação de custeio; quanto ao pensionista, este sequer participou da relação jurídica como servidor público.

Portanto, cada vez mais presenciamos o que bem denominou Canotilho de “desconstitucionalização de matérias” pela qual os governantes, em nome da economia, diminuem e suprimem direitos sociais constitucionalmente assegurados.(4)

## II.2 – A Unificação do regime próprio com o Regime Geral

Historicamente, as primeiras aposentadorias no setor público de que temos notícia surgiram em Roma e eram concedidas aos veteranos do exército. (5)

Atualmente, os trabalhadores vinculados à administração pública federal por meio do regime estatutário têm direito à aposentadoria com proventos integrais e, salvo as permissões autorizadas pela Constituição Federal, não podem exercerem outra atividade remunerada. Com relação aos juízes, promotores, procuradores, há autorização para exercer, apenas, um cargo de professor.

Tais servidores não têm direito ao FGTS e, no tocante ao regime de previdência, contribuem com 11% (onze por cento) sobre o total de seus vencimentos, não havendo, portanto, teto para a contribuição.

Com relação ao trabalhador da iniciativa privada, desde que os horários sejam compatíveis, poderá ele exercer quantas atividades remuneradas quiser, ou puder, com direito ao FGTS e recolhendo para o regime geral de previdência social até o limite de 11%

sobre a quantia de R\$1.561,56, ou seja, há um limite para o recolhimento (o chamado teto).

Apenas para exemplificar, um funcionário público que perceba R\$ 8.000,00 recolherá para o chamado PPS, a importância de R\$ 880,00, ao passo que um executivo da iniciativa privada, que perceba o mesmo valor como remuneração, recolherá para o INSS o valor de R\$171,77 (11% de R\$1.561,56). Cabe ressaltar que se esse mesmo executivo exercer mais uma, ou duas, atividades remuneradas, continuará recolhendo esse mesmo valor, pois, de acordo com o sistema atual ele já recolhe pelo teto em uma de suas atividades.

Portanto, dentro do quadro apresentado, não há como justificar a unificação dos dois regimes de trabalho. A reforma que se pretende não pode ser apreciada apenas sob a ótica do regime de previdência, deixando para trás as peculiaridades e limitações inerentes ao ocupante de cargo público.

Por outro lado, sob a ótica do financiamento dos dois sistemas, é sabido que a geração atual financia os benefícios da geração passada, e que a geração futura beneficiará a atual no momento oportuno.

Pois bem, promovida a unificação dos regimes e passando o funcionário público a contribuir de forma equivalente ao trabalhador da iniciativa privada, não se estaria comprometendo o financiamento entre as gerações? Quem irá financiar os benefícios dos atuais aposentados e pensionistas do setor público?

Apenas para ilustrar, atualmente, os países europeus se deparam com essa interrupção no sistema de financiamento entre as gerações em razão da baixa taxa de natalidade de suas populações.

Também não podemos olvidar a questão do direito adquirido, que não pode ser suprimido em prol do fator econômico. Se os sistemas, público e privado, são hoje problemáticos, são consequências da má gestão financeira e da falta planejamento atuarial. (6)

Vale ressaltar, outrossim, no que tange ao regime do servidor público federal, que a União não cumpre com seus compromissos de carregar para o chamado PSS (plano de seguridade do servidor) a sua parte no custeio do regime. Assim como o empregador é responsável pelo recolhimento de sua cota patronal para o custeio do regime geral de previdência social, a União tem a sua responsabilidade no custeio do regime de seus servidores públicos. Portanto, cabe levar ao conhecimento da sociedade o motivo pelo qual se alega que tal regime é deficitário.

## Conclusão

Falta à grande parte dos políticos brasileiros a cultura da democracia: um Estado só é soberano e sério se seguir fielmente os ditames de sua Constituição Federal. O problema do Sistema de Seguridade Social Brasileiro se concentra na falta de planejamento (cujo erro se revela na Lei nº 8.212/91, denominada Plano de Custeio, que traz em seu bojo normas lançadas sem qualquer planejamento atuarial) e em gestões mal sucedidas.

Fossem observados os dispositivos tendentes à proteção orçamentária da Seguridade Social e tivéssemos realmente um plano de custeio, consequentemente teríamos um sistema bem gerido e sem déficit.

Esperamos que o governo atual retome o discurso de campanha e preserve direitos sociais durante conquistados ao longo de décadas, não os desconstitucionalizando em nome da "economia nacional".

Destarte, finalizamos com as seguintes questões: se o atual sistema de previdência social é deficitário, como justificar a destinação de seus recursos para outras áreas da Administração Pública Federal?

Não fossem tais empréstimos, não teria a Previdência recursos para cumprir, de forma digna, com todas as suas obrigações para com os seus segurados? Haveria necessidade de ampliar a base de tributação de empresas e instituir na cobrança para os aposentados e pensionistas? A implantação de novos postos de trabalho formal, prometida pelo atual presidente não aumentará o número de novos contribuintes para o sistema?

Será que o Governo atual tem o conhecimento desta prática (que, aliás, foi refutada pelo Presidente Lula em seus discursos de campanha)?

Destarte, a questão não pode ser resumida a um problema econômico, devendo ser analisada com seriedade, com cautela e amplamente debatida por estudiosos do direito.

#### Notas de rodapé

1 – conforme artigo de Adélia Maria Marelin, intitulado As contas da previdência. Revista de Previdência Social, São Paulo, ano XXIII, n.223, p.598-599, junho 99.

2 – Como bem definiu Hely Lopes Meirelles os decretos "são atos administrativos da competência exclusiva dos chefes do Executivo (...)." "Como ato administrativo, o decreto está sempre em situação inferior à da lei e, por isso mesmo, não a pode contrariar." In Direito administrativo brasileiro. São Paulo, Malleiros Ed., 1992. p. 161/162.

3 – Cf. disposto no art. 14 da mencionada Lei nº 10.524, de 25/07/02, a aprovação e a execução da lei orçamentária de 2003 serão efetuadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal e observância do princípio da publicidade, permitindo amplo acesso da sociedade a todas essas informações.

4 – CANOTILHO, José Joaquim Gomes. Constituição dirigente e vinculação do legislador. Coimbra: Ed. Coimbra, 1994.p.470.

5 – Conforme La seguridad social em una sociedad cambiante. Madrid: Ministerio de Trabajo y Seguridad Social, 1992.p. 19-20. (Colección de seguridad social).

6 – Confira-se a análise dessa questão em nossa tese de doutoramento intitulada Aspectos da reforma da aposentadoria no setor público. 2001. 214 f. Faculdade de Direito, PUC São Paulo, São Paulo.

**Érica Paula Correia** é mestre e doutora em Direito Previdenciário pela PUC-SP, professora de graduação e pós-graduação em Direito, co-autora da obra Curso de Direito da Seguridade Social, publicado pela Ed. Saraiva.

*Durante o discurso da Sra. Serys Shhessarenko, o Sr. Paulo Paim, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Srs. Iris de Araújo.*

**A SRA. PRESIDENTE** (Iris de Araújo) – Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Paim, por permuta com a Senadora Iris de Araújo.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senadora Iris de Araújo, que preside esta sessão, Senadora Serys Shhessarenko, demais Senadoras e Senadores, começo o meu pronunciamento na linha em que terminou o da Senadora Serys Shhessarenko.

Logo que a reforma da Previdência foi encaminhada ao Congresso Nacional, eu disse, com muita firmeza – não numa linha de desafio ao Governo, ao Executivo –, que ela não seria aprovada. Para nossa alegria, numa votação da Bancada do Partido dos Trabalhadores na Câmara dos Deputados sobre a reforma, mais de 38 Deputados não compareceram, ou seja, abstiveram-se da votação, 22 votaram contra e 32 votaram a favor. Isso não demonstra que a Bancada federal do PT está contrária à reforma, mas que a maioria não aceitou a famosa PEC nº 40, nos moldes em que foi apresentada à Casa.

No Senado, a situação não é diferente. Tenho conversado com a maioria dos Senadores, não só com os do PT, mas com todos do Bloco de apoio ao

Governo. Entendo que 80% têm a mesma posição: são a favor da reforma, assim como eu, mas com mudanças.

Nesta semana, tive a felicidade de falar com o Relator da reforma, o Deputado José Pimentel, que veio ao meu gabinete, na Vice-Presidência. S. Ex<sup>a</sup> me informou – não diria nem que me alertou – que haverá mudanças, mediante acordo na Câmara e, talvez, no Senado. Esta Casa não vai se furtar a dar a sua posição em assunto que, como sempre digo, interessa aos 175 milhões de brasileiros. Tomara que a reforma já venha modificada da Câmara dos Deputados! Se as mudanças que vierem da Câmara atenderem ao que a maioria dos Senadores deseja, não haverá problema algum; caso contrário, com certeza, mudaremos a proposta.

A contribuição dos inativos mudará. A tendência é transferir a responsabilidade dessa definição aos Governadores e aos Municípios, apontando ainda que, caso seja definida, deverá valer para aqueles que recebem acima de R\$2,4 mil.

Haverá, sim, regra de transição. Não será permitido que o servidor que estiver se aposentando, por exemplo, um mês após a reforma ser sancionada, tenha uma perda em seus vencimentos de até 50%.

Conforme me disse o Relator, também haverá mudanças no princípio da paridade. Deverá haver uma paridade. O aposentado poderá ter o mesmo reajuste em seu salário daquele que está no Regime Geral da Previdência – que este ano foi de 20%, e o aposentado do serviço público ganhou 0% – ou daquele servidor que está na ativa.

Outra questão que será modificada é a das pensões. Não poderá permanecer a regra que diz que a pensionista receberá até – pode ser menos – 70% do que recebia no caso do falecimento do esposo, do companheiro ou da companheira. A tendência é que só possa existir um redutor quando o salário ultrapassar a faixa dos R\$2,4 mil.

Enfim, serão cinco ou seis mudanças fundamentais. Entendo também que a gestão quadripartite deve ser assegurada, assim como o recurso que a Senadora Serys Slhessarenko fazia. Vamos definir nessa emenda que todos os recursos da segurança, em que está a Previdência, fiquem na caixa da segurança. Se isso não ocorrer, será até uma postura malandra.

Dizem que a Previdência tem déficit, mas, todo mês – e a Senadora foi muito feliz ao falar sobre isso, e sou testemunha, porque também li esse documento –, retiram recursos, via decreto ou medida provisória,

da segurança para outros Ministérios. Lembro-me de que, há algum tempo, foram desviados recursos até para comprar goiaba Cascão. O ex-Deputado Augusto Carvalho, de Brasília, hoje Deputado Distrital, fez a denúncia com um documento. Em outra oportunidade, o dinheiro foi utilizado para comprar carros. Assim, não dá mesmo! Dessa forma, sempre apontará déficit! Desvia-se o dinheiro, e, quando faltam os recursos, dizem que tiveram que aportar recursos para o Ministério da Previdência, porque a Previdência está falida. Está falida coisa nenhuma! O que está falido, seguidamente, são os fundos de pensão capitaneados também pela área privada.

Nesta semana, recebi uma denúncia a respeito do fundo de pensão da Varig. Há uma movimentação para que haja a fusão da Varig com a TAM – vou fazer um pronunciamento na próxima semana especificamente sobre esse assunto –, e os funcionários da Varig me apresentam um documento que demonstra que poderá haver até 100% de demissão.

Como estou discutindo a Previdência, não vou falar da Varig ou da TAM, mas quero dizer que o fundo de pensão da Varig está falido, porque houve um desvio – por parte, infelizmente, da direção da empresa, que não pagou a sua parte – de cerca de R\$2 bilhões.

Então, pergunto: se for aprovada a visão defendida por alguns de que, acima de uma determinada faixa, o Estado contribuiria com uma parte e o trabalhador com outra e se o fundo de pensão falir, quem garantirá a aposentadoria do trabalhador?

Recebi uma carta de um trabalhador francês contando-me o seu drama: contribuiu 40 anos para o fundo de pensão de uma empresa – caso semelhante ao da Varig –, e, depois, disseram para ele que a empresa faliu. Resultado: a sua aposentadoria será zero.

**A Sr<sup>a</sup> Serys Slhessarenko** (Bloco/PT – MT) – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte, Senador Paulo Paim?

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Senadora Serys Slhessarenko, como citei o seu nome duas ou três vezes, V. Ex<sup>a</sup> tem direito ao aparte.

**A Sr<sup>a</sup> Serys Slhessarenko** (Bloco/PT – MT) – Serei bastante breve, porque o tempo é precioso. Mas essa questão dos fundos de pensão, Senador Paulo Paim, é algo de altíssimo risco. V. Ex<sup>a</sup> está se reportando à França, para falar de coisas que estão acontecendo neste momento, mas, se olharmos o nosso redor, veremos as Capemis da vida e tantos outros – há uma lista imensa – que levaram dinheiro dos brasileiros, faliram, e ficou o dito pelo não dito. Uma coisa é um fato como esse ocorrer com uma pessoa que está no apogeu da sua vida, investindo para fazer uma

poupança para o futuro, ainda com capacidade de trabalho – sei que é uma situação dura, difícil, sofrida –, mas outra coisa é um cidadão, depois de trabalhar 30 ou 40 anos, quando estiver com 60 anos de idade, de uma hora para outra, ver-se sem lenço e sem documento – desculpem-me o termo –, sem nada. Como essa pessoa vai resistir? Como vamos viver? Esses fundos são empreendimentos de altíssimo risco, de altíssima periculosidade. Muito obrigada.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Cumprimento V. Ex<sup>a</sup> e quero dar um outro depoimento sobre o que me foi dito pelos funcionários da Varig.

V. Ex<sup>a</sup>s sabem quem serão os primeiros demitidos? Exatamente aqueles que optaram pelo fundo de pensão da Varig. Por que eles serão demitidos em primeiro lugar, já que apostaram na empresa? Porque a empresa não terá que pagar ao fundo a parte a que eles teriam direito e que ela não depositou. Eles sempre receberão como uma poupança o que eles depositaram, ou seja, se a empresa devia para esse trabalhador, para efeito de aposentadoria, o correspondente, por exemplo, a R\$100 mil – R\$50 mil do trabalhador, R\$50 mil dela –, no ato da indenização, pela forma como foi feito o regimento interno desse fundo, ela devolve apenas R\$50 mil. E, quanto aos R\$50 mil que não foram pagos, a empresa passa a não dever mais, ou seja, a empresa recebe uma anistia. É uma brincadeira!

Portanto, essa opção dos fundos de pensão colocada na reforma da Previdência trará um prejuízo enorme para os trabalhadores das áreas pública e privada.

Mas esse não era o tema de meu pronunciamento hoje. V. Ex<sup>a</sup> fez um discurso brilhante e acabou me provocando para falar sobre a Previdência, um assunto de que gosto muito. Na verdade, queria hoje falar a respeito do PROEP, uma brilhante iniciativa do Governo anterior que está tendo um novo impulso por parte do Ministro Cristovam Buarque. Quero cumprimentar S. Ex<sup>a</sup>, como também o Diretor-Geral do PROEP, o ex-Deputado Federal Aldo Arantes, do PCdoB, e o seu chefe de gabinete, Dr. Trajano, que cuida dessa questão, por estarem impulsionando, mais uma vez, o PROEP, que é um programa voltado ao fortalecimento do ensino profissional no campo da educação.

No referido Programa, o menino ou a menina que se forma no primeiro ou segundo grau já sairia com a sua formação profissional. Considero isso importante, porque, num momento como este, em que o desemprego campeia de Norte a Sul e de Leste a Oeste deste País, cada vez mais as poucas vagas

que surgem exigem um certo conhecimento teórico e prático da função a exercer, e aí observamos uma discriminação enorme em relação aos dois milhões de jovens que estão aptos para o trabalho, todo ano, sob a alegação de que são inexperientes, de que não conhecem a área.

Brasília foi palco esta semana, Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, do Seminário Nacional de Educação Profissional, cujo objetivo foi retomar a discussão sobre o ensino profissionalizante no País tendo em vista a implementação de uma política pública de educação coerente com as diretrizes de um novo Projeto de Desenvolvimento Nacional.

Promovido pela Secretaria de Educação Média e Tecnologia do Ministério da Educação, desse evento saíram diversas recomendações, que vamos adiante registrar, para a definição da Educação Profissional como uma política pública que contemple as diversas instâncias do Estado e da sociedade civil.

Antes, porém, gostaria de fazer alguns comentários sobre o momento por que passa a Educação Profissional, particularmente neste momento em que o Brasil tem pela frente o desafio de criar milhões de empregos.

Os novos postos de trabalho que forem ofertados estarão cada vez mais reservados para os trabalhadores que tenham condições de se adequar aos avanços tecnológicos e às exigências das empresas que agora enfrentam a competição em mercados globalizados. Ou seja, os candidatos a esses novos empregos precisarão também estar cada vez mais bem educados e ainda melhor treinados para que possam corresponder às exigências das empresas em relação ao seu desempenho profissional.

A formação de trabalhadores capazes de enfrentar as mudanças econômicas e sociais que o mundo experimenta vai exigir que o País prossiga no necessário desenvolvimento da Educação Profissional, e para isso é imperativo que se inclua o ensino profissionalizante como prioridade na educação brasileira. Essa concepção já foi assimilada neste Congresso Nacional, onde, entendendo a importância da Educação Profissional para o novo modelo de desenvolvimento do País, parlamentares de diversos Partidos constituíram a Frente Parlamentar em Defesa da Educação Profissional.

A Frente, que está aberta e angariando novas adesões, tem na Câmara dos Deputados a Presidência do Deputado Alex Canziani (PTB-PR) e a efetiva participação dos Deputados Colombo (PT-PR), Daniel Almeida (PCdoB-BA) e Ronaldo Vasconcelos (PL-MG). Aqui no Senado, tenho a honra de dividir

com esses Parlamentares a coordenação desses trabalhos.

São objetivos da Frente Parlamentar:

Apoiar a Educação Profissional como fator relevante no novo modelo de desenvolvimento do País;

Contribuir para uma política de Educação Profissional em sintonia com a política de desenvolvimento do País, com ênfase ao caráter público;

Contribuir para a implementação de uma política de financiamento da Educação Profissional; e

Contribuir para a alocação de recursos para o ensino profissionalizante e para o PROEP, o Programa de Expansão da Educação Profissional.

Iniciativa do Ministério da Educação em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego, o PROEP é dirigido pelo ex-Deputado Aldo Arantes e se constitui no mais importante instrumento para aumentar a geração de renda e as oportunidades de emprego do trabalhador brasileiro, pois mais do que nunca o emprego e a renda estão ligados à formação da mão-de-obra de elevada qualificação.

O Programa, como não poderia deixar de acontecer em um governo liderado pelo Partido dos Trabalhadores, está entre as prioridades do Ministro Cristovam Buarque, que não tem medido esforços para levar adiante a execução dos seus projetos, não obstante as adversidades financeiras que enfrenta.

Ele visa, de acordo com a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, à expansão, modernização, melhoria de qualidade e permanente atualização da Educação Profissional no País. Esses objetivos devem ser alcançados mediante a ampliação e diversificação da oferta de vagas; a adequação de currículos e cursos às necessidades do mundo do trabalho; a qualificação, reciclagem e reprofissionalização de trabalhadores, independente do nível de escolaridade; e a formação e habilitação de jovens e adultos nos níveis médio (técnico) e superior (tecnológico).

Os recursos do PROEP são originários de dotações orçamentárias do Governo Federal, sendo 25% de recursos do MEC, 25% de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, do Ministério do Trabalho e Emprego, e os 50% restantes advêm de empréstimo do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

O Programa financia as seguintes ações:

Realização de estudos de pré-investimentos necessários à elaboração de planos estaduais para a Reforma e Expansão do Ensino Médio – PEM e Expansão da Educação Profissional – PEP, bem como de projetos escolares;

Investimento na área de Educação Profissional, incluindo ações de reforma/ampliação de instituições federais e/ou estaduais de Educação Profissional já existentes;

Construção de Centros de Educação Profissional sob a responsabilidade dos Estados/Distrito Federal e do Segmento Comunitário;

Aquisição de equipamentos técnico-pedagógicos e de gestão;

Aquisição de materiais de ensino-aprendizagem;

Capacitação de docentes e pessoal técnico-administrativo; e

Prestação de serviços e consultorias para a realização de estudos nas áreas técnico-pedagógicas e de gestão.

Por meio desse conjunto de ações, o PROEP pretende ser o principal agente de implantação do Sistema de Educação Profissional no País. Mas, para que isso se torne uma realidade, é preciso dotar o Programa de condições financeiras que lhe possibilitem o cumprimento dos seus objetivos.

Lamentavelmente, o PROEP está passando por um grande aperto orçamentário. Para este ano de 2003, o orçamento que teve aprovado era de apenas R\$62,7 milhões, e, com o contingenciamento, os seus recursos foram reduzidos a R\$42,7 milhões. Esse montante não é suficiente sequer para sustentar os projetos já em execução. Só para os 105 convênios assinados no ano passado seriam necessários R\$260 milhões. Sem os recursos, a Secretaria de Ensino Médio e Tecnológico e o PROEP decidiram cancelar esses convênios. A limitação dos recursos provocou também a suspensão do processo de seleção de novos projetos, que deverá ser aberto somente no segundo semestre, com novos critérios de seleção e nova metodologia. Os projetos cancelados serão reavaliados à luz desses novos critérios e terão tratamento especial. Essa avaliação será feita antes da análise de novos projetos, mas sua aprovação estará condicionada à liberação de novos recursos para o PROEP.

O que estou dizendo é que o Governo anterior incentivou, mas acabou aprovando somente R\$42 milhões, quando seriam necessários R\$260 milhões. O Ministro Cristovam quer que retomemos, a partir desse orçamento, uma verba suficiente para questão tão importante quanto o ensino profissional.

Antes de conceder um aparte novamente à Senadora Serys, que faço questão de ouvir, quero dizer que me vejo na obrigação de fazer, nesta tribuna, a

defesa do Ministro Cristovam. S. Ex<sup>a</sup> foi mal-entendido em uma palestra que fez recentemente, inclusive para profissionais que atuam nessa área. Estavam lá mais de mil profissionais, vindos de todas as partes do País, para apoiar o PROEP. O Ministro não fez uma crítica ao seu Governo, ao nosso Governo, ao Governo do Lula. O que o Ministro disse é que nós não podemos ficar indiferentes. A nossa tendência, nas ruas, ao ver uma criança pedindo esmolas, ao ver uma criança ou um adolescente na sarjeta, é não reagir, porque acabamos nos acostumando com essas cenas. O que S. Ex<sup>a</sup> disse foi: vamos reagir. E este Governo vai reagir de forma tal que conseguiremos, no futuro, dizer que, no nosso Governo, não ficou uma criança fora da escola. O ensino profissional é que vai permitir que essa criança trabalhe amanhã.

Ouço, mais uma vez, a Senadora Serys, com satisfação.

**A Sr<sup>a</sup> Serys Slhessarenko** (Bloco/PT – MT) – Com certeza, Senador Paim, V. Ex<sup>a</sup> toca num assunto de extrema relevância, que é o ensino profissionalizante. Como V. Ex<sup>a</sup> bem disse, no final do Governo passado, alguma coisa começou a ser feita, mas foi o Governo passado que acabou com o ensino profissionalizante, literalmente. O que existia – em alguns locais, de boa qualidade; em outros, de forma precária; e, ainda em outros, praticamente inexistia, pois faltavam laboratórios e havia todo tipo de dificuldade – o Governo anterior acabou, exterminou, passou o trator de esteira. Ensino profissional, não mais; restou só o propedéutico, no segundo grau. Com isso, era só preparar as pessoas para fazer vestibular. Por outro lado, minguou, usando uma palavra mais comum, o acesso às nossas universidades. Ou seja, as pessoas concluíam um curso e não sabiam o que iam fazer, porque não tinham acesso ao ensino superior e nenhum preparo para entrar no mercado. No final do Governo passado, eles tomaram conhecimento do absurdo que tinham cometido ao acabar totalmente com o ensino profissionalizante. Aí, começou toda a dificuldade em se remontar todo um procedimento que, pelo que estou observando da atuação do nosso Governo, do nosso Ministro e do Coordenador dessa área, o Deputado Aldo Arantes, acredito, dará frutos promissores. Vamos evitar essa história que estava ocorrendo, de se fazer um grande programa de geração para o primeiro emprego sem preparar, sem qualificar, ou qualificando todo mundo de qualquer jeito e de última hora, porque há uma demanda reprimida. As pessoas concluem o ensino médio e ficam sem formação nenhuma. Então, gastam-se fortunas para qualificar, como foi feito, às vezes com desvio de recursos, com

denúncias terríveis, etc., quando essas pessoas já deveriam estar vindo gradativamente sendo qualificadas. Claro que é preciso qualificar aqueles que já passaram da idade, que já fizeram o segundo grau e não tiveram a qualificação necessária. Entretanto, é necessário fazermos o ensino profissionalizante já, para valer e, para tal, será preciso buscar recursos – e, nesse ponto, V. Ex<sup>a</sup> conta com o nosso apoio e, acredito, de todos os Senadores e de todo o Congresso Nacional. Parabéns! Muito obrigada.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Cumprimento V. Ex<sup>a</sup>, que foi muito feliz ao deixar claro – e essa é a linha do meu pronunciamento – que o Governo anterior iniciou, fez o discurso, mas não aportou recursos. Esse foi o ponto que Ministro ressaltou, para o qual, além de aprimorá-lo e ampliá-lo, vamos buscar recursos.

O próprio Ministro apontou ainda algumas fontes de recursos.

Tais recursos poderão advir das seguintes fontes:

1. Restos a Pagar do FAT. Os Ministros do Trabalho e da Educação já encaminharam solicitação ao Ministério da Fazenda nesse sentido, solicitando a liberação desses recursos.

2. Descontingenciamento de recursos;

3. Suplementação orçamentária;

4. Aporte de recursos do FAT. Existe determinação do Ministério do Trabalho para que o Codefat aprove aporte de contrapartida relativa ao PROEP;

5. Elaboração do orçamento de 2004, destinando recursos expressivos à formação profissional que assegure as metas de contrapartida do governo brasileiro no convênio com o BID. Ou seja, o Ministro está solicitando que, na elaboração do Orçamento, nós possamos aprovar recursos na mesma contrapartida do que virá do BID.

Diante dessa carência de recursos para um programa dessa magnitude para o desenvolvimento do País, só nos cabe aqui fazer um apelo a toda a Casa, para que trabalhemos no Orçamento a fim de aumentar as verbas para o PROEP.

Volto às recomendações do Ministro no Seminário Nacional de Educação Profissional. Elas se resumem nas seguintes propostas para definição da Educação Profissional como uma política pública voltada ao desenvolvimento nacional:

1. Proceder ao levantamento das fontes de recursos e de sua utilização e dar transparência à sociedade sobre a disponibilidade do montante deles

para a previsão orçamentária – Orçamento da União, FAT, PROEP, Sistema “S”, outras fontes e incentivos;

2. Estabelecer uma política de gestão democrática dos recursos públicos destinados à Educação Profissional;

3. Criar fóruns estaduais de orçamento público nos diversos Estados e Municípios para avaliar e decidir sobre a aplicação dos recursos em Educação Profissional e em geração de trabalho e renda;

4. Estabelecer mecanismos de acompanhamento na aplicação dos recursos públicos nas diversas instâncias do poder público, nas instituições privadas e comunitárias, que também têm responsabilidade no ensino profissional;

5. Enfrentar a privatização do espaço público que opera por intermédio de diferentes mecanismos – fundações, terceirizações, parcerias, introdução de taxas no ensino público, precarização das condições de trabalho;

6. Mobilizar esforços na criação de um Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Profissional (Fundep), e

7. Promover estudos de implantação e implementação de um Comitê Nacional Coordenador de Políticas para a Educação Profissional.

Estamos certos de que, se conseguirmos aplicar esse receituário, muito em breve o Brasil construirá um novo perfil da sua classe trabalhadora, sobretudo apta a responder aos desafios das modificações tecnológicas e da globalização, contribuindo efetivamente para o novo projeto de desenvolvimento nacional e ajudando a fazer do Brasil um País cada vez mais forte.

Era o que tinha a dizer.

Agradeço a Mesa pela tolerância. Tenho o compromisso de obedecer ao tempo regimental e, hoje, ultrapassei em dois minutos.

*Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, a Sra. Íris de Araújo, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Serys Slhessarenko, Suplente de Secretário.*

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko) – Concedo a palavra à Senadora Iris de Araújo.

**A SRA. IRIS DE ARAÚJO** (PMDB – GO). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, venho à tribuna do Senado Federal para tecer comentários sobre a relevante questão do trabalho informal, atualmente um significativo gerador de renda e emprego em nosso País, cuja realidade é evidenciada pelas

estatísticas econômicas e que representa um cruel drama humano e social, já que milhões de brasileiros, por falta de opção, ganham seu sustento na informalidade, sem qualquer amparo ou segurança do Estado.

O tema é considerado também um dos vetores a respeito das reformas tributária e da Previdência, que se encontram em debate no Congresso Nacional. A formulação é simples. Na medida em que o Estado busque acoplar ao sistema formal esse amplo segmento à margem da legalidade, muito maiores são as possibilidades de alcançar um melhor equilíbrio nas contas públicas, aí incluído o dilema da busca de alternativas para o complexo previdenciário brasileiro.

Pode-se considerar o trabalho informal como aquele cujas atividades produtivas são executadas à margem da legislação trabalhista vigente, incluindo, assim, os trabalhadores autônomos, os sem carteira assinada e os não-remunerados. Essa visão enfoca o trabalho informal a partir da característica de precariedade da ocupação, já que não se configuram os vínculos trabalhistas, nem o recolhimento de tributos e contribuições previdenciárias.

Numa segunda visão, pode-se definir o trabalho informal como aquele vinculado a estabelecimentos de pequeno porte, em que se confundem capital e trabalho, e que apresentam baixos níveis de produtividade e de estruturação. Os integrantes desse núcleo básico seriam os trabalhadores de pequenas firmas, tanto empregadores como empregados.

Nesse caso, o trabalho informal não é definido pelo respeito ou não ao marco legal, mas pela dinâmica econômica dessas unidades produtivas, que se baseiam essencialmente em uma estratégia de sobrevivência para alguns trabalhadores, que preferem desenvolver o seu próprio negócio, em parceria com familiares e conhecidos.

Esses trabalhadores informais seriam vinculados a um sistema de produção de mercadorias e serviços onde o empregador também trabalha como empregado, podendo fazer uso de ajudantes não-remunerados (geralmente familiares), bem como, também, contratar outros ajudantes, sem carteira assinada, como vemos no caso das microempresas familiares.

Além disso, há as pequenas empresas familiares, como as padarias, confecções, locadoras de vídeo, mercearias e oficinas de reparos, que sobrevivem pela clientela de bairro, em que sua vantagem competitiva permite enfrentar a concorrência. Nelas, convivemos com jornadas de trabalho não reguladas pela lei, com os salários abaixo do mercado e sem uma separação clara entre o rendimento do empregador e a taxa de lucro do empreendimento.

Nessa emaranhada rede de trabalho, vamos encontrar, ainda, a nova modalidade de economia solidária, representada pelas cooperativas de trabalho para produção de mercadorias e prestação de serviços, em que os frutos do trabalho são repartidos entre os trabalhadores.

Finalmente, podemos mencionar, também, dois outros tipos de trabalhadores, os domésticos e os profissionais liberais, que não se encontram incluídos na definição clássica de informais, mas que, em muitos aspectos, compõem um cenário não propriamente formal.

Senador Paulo Paim, gostaria de ouvir o aparte de V. Ex<sup>a</sup>. E aproveito a oportunidade para dizer que fiquei muito gratificada ao ouvir há pouco o seu pronunciamento. E não apenas hoje. V. Ex<sup>a</sup> tem assomado à tribuna repetidas vezes para falar sobre as mudanças na reforma previdenciária.

Senador Paulo Paim, considero extremamente justas as colocações de V. Ex<sup>a</sup>. Espero que haja mudanças, como eu disse no meu primeiro pronunciamento. Elas não tocam apenas a cabeça do brasileiro, mas também o coração.

Creio que a determinação de V. Ex<sup>a</sup> de repetir essa questão e de ter sido muitas vezes mal entendido nas suas colocações é que propiciaram – juntamente com outros parlamentares que fizeram eco à sua voz – ao Governo ouvir e sentir a necessidade dessas mudanças.

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco/PT – RS) – Senadora Iris, quando V. Ex<sup>a</sup> re refere a “outros parlamentares”, eu queria incluir V. Ex<sup>a</sup> e a Senadora Serys. Tenho conversado muito com diversos Senadores e Deputados, inclusive com ambas, e sempre tive apoio, numa linha não de ser contra tudo e contra todos. V. Ex<sup>a</sup> inclusive disse: “Vamos trabalhar numa linha de alterar o projeto, de melhorá-lo”. Portanto, sinto-me contemplado com a posição de ambas, que é a deste Parlamentar. Espero que Goiás resolva a sua situação para que este Senado não perca V. Ex<sup>a</sup> a partir de julho, já que V. Ex<sup>a</sup> está sendo convocada a retornar ao Estado. Que eles mudem a sua convocação. Toda a vez que V. Ex<sup>a</sup> assoma à tribuna desta Casa – e isto não é nenhuma “rasgação de seda” –, V. Ex<sup>a</sup> o faz com discursos muito bem-elaborados, construídos, eu sei, com muito carinho. V. Ex<sup>a</sup> sempre aborda assuntos relevantes para o conjunto da população deste País, assim como, também, a Senadora Serys. Por exemplo, agora, V. Ex<sup>a</sup> traz um assunto sobre o qual é impossível não pedir um aparte. Este é um assunto que adoro discutir e, para o qual, buscar alternativas. Mais de 40 milhões de pessoas neste País estão trabalhando no

mercado informal, e V. Ex<sup>a</sup> suscita o debate. V. Ex<sup>a</sup> quer que, juntos – entendo assim –, Câmara e Senado, possamos construir alternativas para que, ao mesmo tempo em que podemos gerar novos postos de trabalho, consigamos, no futuro, garantir que essas pessoas tenham direito à aposentadoria. Hoje, estão se defendendo; de uma forma ou de outra, estão recebendo um, dois, três ou quatro salários, mas, se não encontrarmos uma forma de incluí-los na formalidade, no futuro, poderão ser indigentes ou integrar a categoria daqueles que, se tiverem mais de 67 anos e se a renda per capita da família não ultrapassar um quarto do salário mínimo, esses cidadãos receberão a ajuda de um salário mínimo. Em primeiro lugar, ninguém consegue provar que vive com menos de um quarto do salário mínimo. Portanto, V. Ex<sup>a</sup> traz ao debate um assunto fundamental. Estou, inclusive, discutindo com alguns Senadores a expectativa de criarmos uma frente para debater a questão do desemprego e da informalidade. Não quero tomar mais o tempo de V. Ex<sup>a</sup> e, com isso, interromper o brilhante pronunciamento, escrito com muito carinho e com muita responsabilidade por V. Ex<sup>a</sup>, que ficará registrado nos Anais da Casa, na íntegra. Esta é uma contribuição a esse grande debate que teremos que enfrentar. Não é possível sabermos que existe 40 milhões de pessoas na informalidade, sem perspectiva futura promissora, e não fazermos nada. Temos que encontrar um caminho para solucionar esse problema. Faço este aparte mais para cumprimentar V. Ex<sup>a</sup>. Repito: espero que Goiás entenda que a Senadora deve ficar conosco aqui, inclusive para resolver a questão das 40 milhões de pessoas que trabalham no mercado informal. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup> pelo pronunciamento. Muito obrigado.

**A SRA. IRIS DE ARAÚJO** (PMDB – GO) – Agradeço ao nobre Senador o aparte referente ao assunto especificamente, uma vez que a palavra de V. Ex<sup>a</sup> se impõe como conhecedor das causas sociais, principalmente daqueles que não têm vez nem voz, os quais estamos sempre defendendo. Mas quero, também, agradecer as referências elogiosas em relação à minha permanência, que me enobrecem profundamente.

Quero dizer que, independentemente do tempo que possa aqui permanecer, de cinco meses, certamente terei aprendido muito pela atuação de V. Ex<sup>a</sup>s; talvez tenha aprendido muito mais do que nos últimos 10 anos. Esse período no Senado foi uma escola, uma experiência maravilhosa e a guardarei para sempre, principalmente em meu coração.

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco/PT – RS) – Sei que o tempo é pequeno e que V. Ex<sup>a</sup> tem muito a dizer, mas estou muito orgulhoso por saber que V. Ex<sup>a</sup> será relatora do Estatuto do Idoso. Foi o movimento de V. Ex<sup>a</sup> de trazer aqui dois artistas globais que deu o impulso para que a Casa rapidamente aprove o estatuto na Câmara e no Senado. V. Ex<sup>a</sup> será a Relatora do meu projeto, que vai se encontrar com o projeto do Senador Bernardo Cabral, onde haveremos de fazer, no substitutivo, uma grande proposta. Para mim é muito importante que V. Ex<sup>a</sup> seja relatora dessa matéria também.

**A SRA. IRIS DE ARAÚJO** (PMDB – GO) – Muito obrigada, Senador Paulo Paim.

Sr<sup>a</sup> Presidente, o propósito da análise que efetuei sobre a tipologia do trabalho informal era, ao mesmo tempo, configurar sua heterogeneidade e afirmar que, independentemente dela, esses trabalhadores dependem, para sua sobrevivência, da expansão das atividades da economia formal.

Sabemos que, quando há retração do emprego e da renda no setor formal, verifica-se um crescimento e uma queda de rendimentos no setor informal, ao passo que, quando aquele se expande, com ampliação dos salários na renda, abre-se espaço para uma melhor inserção ocupacional dos trabalhadores autônomos ou vinculados a pequenos empreendimentos.

Assim, configura-se uma necessidade de efetiva atuação do Estado no sentido de propiciar condições para uma existência segura e digna para aqueles que enveredaram, livre ou compulsoriamente, pela economia informal, mediante a implementação de alternativas de relacionamento com o Estado, compatíveis com as possibilidades dessa numerosa e importante parcela de nossa população economicamente ativa.

Para tanto, é necessário, em primeiro lugar, mudar o foco da visão sobre essa massa de trabalhadores, da figura de marginais para a figura de componentes do sistema econômico, oferecendo condições de registro de suas atividades e de retribuição tributária dentro das suas possibilidades, fator que responde, seguramente, como razão principal de sua informalidade.

Ao lado disso, seria fundamental disponibilizar uma metodologia alternativa de apoio a toda espécie de trabalho informal, em que seriam consolidados temas como o acesso ao crédito, a capacitação técnica dos beneficiários, os bancos do povo, as incubadoras de empresas e outros, além da organização e da integração entre a sociedade civil e o poder público, de

forma a permitir que essas práticas chegassem, de forma efetiva, aos que são atualmente excluídos do mercado de trabalho, do sistema financeiro e das políticas sociais em geral.

Sr<sup>s</sup>s e Srs. Senadores, as tentativas de atrair mais pessoas para o mercado formal de trabalho, flexibilizando-se as leis trabalhistas, são inócuas, porque atacam um mito equivocado de que a informalidade é resultado do alto custo trabalhista.

O problema da informalidade não está nos altos custos de contratação dos trabalhadores e, sim, na origem dos empregadores, pois estes são responsáveis por empreendimentos que têm uma estrutura menor, atuam em mercados mais competitivos e não têm acesso à tecnologia de ponta, o que não lhes dá condições de regularizar sua situação e contratar funcionários.

O fim da informalidade exige soluções complexas, como a redução da carga tributária para o empresariado, mais oportunidades de crédito, melhora na distribuição de renda no País e mais acesso à educação, o que prepararia melhor os empreendedores e ofereceria mais condições de crescimento às empresas.

As medidas adotadas no Governo anterior para reduzir os custos trabalhistas e incentivar a contratação formal, como a criação do banco de horas, dos contratos temporários e da jornada de trabalho parcial, não produziram os efeitos desejados. Uma empresa pequena e informal não vai assinar a carteira dos seus empregados, mesmo havendo uma redução significativa nos custos de contratação, porque simplesmente não tem dinheiro para isso.

O novo Governo anunciou algumas medidas no intuito de estancar o crescimento de empresas informais, por meio de mecanismos que permitam a ampliação da formalidade dos pequenos empreendimentos e dos trabalhadores que ali atuam, simplificando procedimentos e reduzindo tributos.

É fundamental que tais medidas sejam implementadas, porquanto o cenário atual é ainda extremamente preocupante e envolve milhões de brasileiros que não têm outra maneira de ganhar o pão de cada dia senão na modalidade do trabalho informal, ao desamparo do Estado.

Considero extremamente louvável o programa do atual Governo, quando se propõe a criar milhões de novos empregos formais, decorrentes de um novo modelo econômico que propiciaria queda nos custos de produção, reforma tributária e redução dos juros reais da economia.

Da mesma forma, é altamente louvável o programa do primeiro emprego, destinado a contratar jovens de 16 a 21 anos de idade que nunca trabalharam antes, beneficiando 550 mil jovens em sua inserção no mercado formal de trabalho.

No entanto, tão relevante quanto essas preocupações deve ser o cuidado de reestruturar o trabalho informal, para que a máxima de inserção social que está nele intrinsecamente presente se torne uma realidade e resgate a dignidade pessoal e profissional de tantos de nossos compatriotas.

Muito obrigada, Sr<sup>a</sup> Presidente.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko) – A Sr<sup>a</sup> Senadora Lúcia Vânia encaminhou discurso à Mesa para ser publicado na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex<sup>a</sup> será atendida.

**A SRA. LÚCIA VÂNIA** (PSDB – GO. Sem registro taquigráfico.) – Sr. Presidente, SRA.s. Srs. Senadores, gostaria de chamar a atenção dos senhores para a assinatura de um decreto com novas disposições sobre as políticas públicas no setor das telecomunicações, anunciado na última semana de maio.

O problema, Sr. Presidente, é que a referida minuta, justificada como promessa de inclusão social, universalização dos serviços, estímulo ao desenvolvimento industrial brasileiro, fomento à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico do setor carece de definição equilibrada e competente a uma política pública.

Cito alguns pontos:

Em primeiro lugar, o “Decreto” parece ignorar que qualquer decisão do Poder Executivo sobre o assunto deve obediência à Lei nº 9.472, de 16 de junho de 1997, a chamada Lei Geral de Telecomunicações.

Com efeito, apenas o desconhecimento sobre o regulamento não poder ultrapassar os limites da lei, e muito menos contrariá-la, poderia explicar, por exemplo, o artigo 7º dessa minuta de Decreto.

Tal artigo, SRA.s e Srs. Senadores, transfere ao Ministério das Comunicações um conjunto de atribuições que, pelo artigo 19 da Lei nº 9.472, cabem à Agência Nacional de Telecomunicações – a Anatel.

Assim, se a Lei confere à Anatel, entre outras, as competências de expedir normas quanto à outorga, prestação e fruição dos serviços de telecomunicações, bem como de controlar, acompanhar e proceder à revisão de tarifas, o Decreto cria brechas para que o Ministério das Comunicações venha a usurpar essas funções.

A fixação de tarifas, por sinal, poderia incorrer em outra arbitrariedade. A redação da minuta de De-

creto não oculta uma possível manobra: deixar a definição dos critérios de reajustes tarifários – critérios, diga-se de passagem, que dependeriam de ato normativo conjunto dos Ministérios das Comunicações, Fazenda e Justiça – para data imprecisa, num prazo que só tem o termo final: dezembro de 2004. Isso, quando se sabe que, até o próximo dia 30 de junho, as empresas operadoras de serviço fixo deverão manifestar seu interesse em renovar, ou não, os contratos de concessão. Ora, que empresa entraria num jogo que pode ter suas regras mudadas, unilateralmente, a qualquer momento? Cabe questionar se o próprio Decreto não representaria, em si, uma mudança nas regras com o jogo em andamento?

A propósito, Sr. Presidente, acho que caberia lembrar o motivo de terem sido criadas agências reguladoras nos moldes da Anatel.

Elas foram criadas, justamente, para garantir a boa prestação dos serviços públicos.

Foram criadas para evitar que eventuais ingênuas, derivadas do oportunismo ou da má-fé, comprometam a qualidade ou o custo do atendimento.

Foram criadas para que tanto os usuários dos serviços como os investidores tenham um mínimo de segurança quanto ao cumprimento dos padrões contratuais estabelecidos.

A Lei Geral de Telecomunicações fez questão de dispor que a Anatel deve atuar com “independência, imparcialidade, legalidade, impessoalidade e publicidade”. Ou seja, a prerrogativa de atuar com independência foi considerada, pelo legislador, tão importante para a Agência como sua obrigação de aplicar os demais fundamentos da boa administração pública.

Mas essas questões parecem não importar ao Governo, que, na verdade, somente aparentou dar-se conta da gravidade da situação ao sentir a reação indignada de praticamente todo o setor de telecomunicações aos termos da proposta.

O mínimo que se alegou, e não poderia ser de outra forma, é que o Decreto provocaria uma quantidade imprevista de ações judiciais e, consequentemente, a completa desarticulação do setor.

A reação, é evidente, preocupou o Governo.

E aí, SRA.s e Srs. Senadores, as providências adotadas causam preocupação. O Presidente Lula convocou uma reunião, no Palácio da Alvorada, com os presidentes das empresas de telefonia fixa, para discutir os rumos das telecomunicações no Brasil.

De modo que hoje, Sr. Presidente, a situação em que nos encontramos é a seguinte: Dispomos de uma Lei Geral de Telecomunicações, resultante de

demoradas, profundas e abalizadas análises – análises essas que associaram a precisão dos estudos técnicos ao rigor das equações econômico-financeiras e, especialmente, à sensibilidade das preocupações sociais. Uma Lei, nunca é demais recordar, discutida e aprovada aqui mesmo, neste Congresso Nacional.

Por outro lado, arriscaria dizer que temos uma minuta de Decreto esboçada sem o devido cuidado.

Espero, para o bem da população brasileira, que o setor de telecomunicações em nosso País permaneça vinculado aos ditames da Lei. Para que se evite um colapso nas telecomunicações brasileiras.

Muito obrigada.

Era o que eu tinha a dizer.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Shhessarenko) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

Está encerrada a sessão.

*(Levanta-se a sessão às 10 horas e 22 minutos.)*

(OS. 14348)

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO  
SR. SENADOR ALOIZIO MERCADANTE,  
NA SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA  
DE 18-6-2003, QUE, RETIRADO PELO  
ORADOR PARA REVISÃO, PUBLICA-SE  
NA PRESENTE EDIÇÃO.**

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, gostaria de ter feito ontem o debate que faço agora em plenário, mas suspendemos a sessão em função do luto, da perda de um colega, o Deputado Moisés Lipnik, da Câmara dos Deputados. Portanto, não foi possível fazer um debate qualificado, transparente e público sobre o pronunciamento do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Eu o faço na condição de Líder do Governo, na condição de quem foi Oposição, durante tanto tempo, ao Governo anterior, e o faço porque, na medida em que o ex-Presidente se sente na condição de fazer um balanço desses cinco meses e meio de Governo, com a força das críticas que apresentou – e, eu diria, com a inconsistência dos argumentos que revelou –, é evidente que somos motivados a confrontar este período com o dos oito anos do Governo anterior.

Não queremos governar olhando para o passado. Fizemos uma transição pactuada e madura. Temos tido um comportamento de negociação, de acordo, de procedimentos comuns, mas o debate político é pai da democracia, é legítimo, é um direito da Oposição criticar. Oposição esta que jamais assistirá, desta tribuna, críticas desqualificadas, como nenhém, neobobos ou coisas do gênero, como se o debate e a crítica não fossem importantes na democracia. São muito importantes.

A Oposição ajuda a identificar problemas, a corrigir erros e a permitir um debate qualificado, e é evidente que um ex-Presidente, com a experiência de homem público, tem todas as condições e todo o direito de fazer a crítica que considera oportuna, assim como, na condição de Líder do Governo, jamais irei me omitir, num momento como esse, no sentido de rebater as críticas e expor os argumentos os quais estamos absolutamente convencidos de que são justos.

O que o ex-Presidente disse? Na sua primeira resposta, afirma: "Nunca levamos a campanha para a idéia de ou nós, ou o caos".

Na minha visão, não é procedente essa afirmação, ela não corresponde aos fatos. Quero lembrar que o Programa Nacional do PSDB comparava o Presidente Lula com o Presidente De La Rúa. Havia uma jingle que falava da Argentina e do caos e dizia que a nossa vitória seria o caminho do caos. Mais do que isto: lideranças importantes do sistema financeiro afirmavam o mesmo. George Soros dizia: "Ou é Serra, ou é o caos". E o medo da mudança, no sentido de que o País caminharia para uma situação de ingovernabilidade, esteve presente durante toda a campanha, inclusive na boca do candidato José Serra. O próprio Presidente da República, em abril do ano passado, disse que sim, que o Brasil poderia virar uma Argentina. A Argentina era o paradigma e que poderíamos nos transformar no De La Rúa. E, na mesma ocasião, fiz uma crítica pública àquele pronunciamento. A história recente enterrou a tese do catastrofismo, afirmei: "Existem outras lições para se aprender com a Argentina".

O ex-Presidente Menem fez uma série de críticas ao governo que o sucedeu e ajudou a aprofundar a crise, em vez de apresentar alternativas. Com essa atitude, acreditando que voltaria nos braços do povo, o povo o derrotou nas eleições.

Portanto, as circunstâncias históricas, como o paradigma da Argentina, creio que servem pouco para este Governo, porque a tese do catastrofismo, a meu ver, foi definitivamente enterrada, mas permite uma reflexão sobre o futuro da democracia no País.

A imprensa me perguntou: "O senhor está comparando o Presidente Fernando Henrique com o Presidente Menem"? Respondi: "Não. Eu não cometaria uma injustiça dessa natureza, de fazer uma comparação pessoal, mas comparo, sim, as circunstâncias históricas com a mesma força dos argumentos que o PSDB, ontem, tentou associar a crise da Argentina à nossa vitória política".

Em seguida, o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso diz assim: "Qual era a proposta econômica do PSDB? Não era abrir mais a economia, porque ela já estava aberta; não era abrir mais nada. Não baixei nenhuma tarifa, ao contrário, só corrigimos aumentando um pouco as tarifas, porque tinha havido uma abertura no Governo Collor, que foi muito rápida".

Desculpem-me, mas essa afirmação não corresponde aos fatos e à história econômica deste País. Vivemos, no primeiro Governo Fernando Henrique Cardoso, um período de sobrevalorização da taxa de câmbio, que estimulou um crescimento irresponsável das importações, uma queda profunda das exportações no País e um desequilíbrio nas contas externas sem precedentes na história documentada do Brasil, que não ocorreu nem mesmo no Governo de 90 a 94. As importações de 90 a 94 passaram de US\$31,4 bilhões para US\$33,1 bilhões. Um crescimento, portanto, bastante pequeno, de 5,4%. No primeiro Governo Fernando Henrique Cardoso, as importações cresceram 51%, já no primeiro ano, atingindo US\$50 bilhões.

Portanto, houve, sim, uma abertura precipitada, ingênua, associada a uma política de âncora cambial, de sobrevalorização da moeda, que arrebentou parte da indústria, que arrebentou a capacidade de produção da agricultura e que desequilibrou as contas externas do País. Até hoje, estamos enfrentando essas dificuldades.

O superávit comercial, quando o Presidente Fernando Henrique tomou posse, em 1994, era de US\$10.400 bilhões. O déficit comercial, quatro anos depois, era de US\$6.800 bilhões.

Esses são os dados, são os fatos, é história econômica. Portanto, não procede a afirmação que apresentou na sua entrevista.

Ele disse: "Era preciso aumentar a competitividade. Tínhamos que atrair capital". Atraímos. Entraram no Brasil mais de US\$100 bilhões depois do real – refiro-me aos capitais produtivos, e não especulativos.

Creio que essa é uma avaliação superficial do problema. O grosso do capital externo, que entrou no

País nesse período, veio para adquirir ativos pré-existentes. Dois terços do capital que entraram – do investimento direto e externo – foram para a compra de 76% das estatais, que foram privatizadas; e para uma parte das empresas que foram desnacionalizadas no setor de serviços, na agricultura e na indústria. Não era, propriamente, um investimento para gerar nova capacidade produtiva; não era um investimento para gerar emprego e crescimento econômico, e os dados de crescimento e de emprego são absolutamente incontestes em relação a essa questão.

O Presidente faz ainda uma crítica à política econômica, dizendo que há um exagero e afirma: "Será que é preciso manter, por tanto tempo, a taxa de juros tão alta? Será que é preciso um recolhimento do compulsório tão elevado sobre os depósitos bancários, encolhendo ainda mais um crédito que já é escasso? Será que é preciso um superávit primário tão elevado?"

Eu me pergunto se é justa uma crítica como esta a um Governo que tem cinco meses e meio de existência; uma crítica de quem governou o País, durante oito anos, e praticou, durante esses oito anos, as maiores taxas de juros da economia internacional.

Quero lembrar dois momentos: em 1997, na 18ª Reunião do Copom, a taxa de juros Selic foi elevada para 45,67%, praticamente o dobro do que temos hoje, e, na 29ª Reunião do Copom, para 42,12%, para citar dois momentos de explosão da taxa de juros. O argumento era de que existia uma crise internacional. E não houve uma crise internacional com o colapso da Argentina no ano passado? Crise na Venezuela e na economia americana, que veio, nos últimos oito anos, de crescimento sustentado? Houve recessão nos Estados Unidos e episódios como os das empresas Enron, WorldCom, AES e outras, que provocaram um impacto muito grave no mercado financeiro e atingiram países vulneráveis e fragilizados como o Brasil. E mais: qual era a taxa de juros no dia 31 de dezembro? De 25%.

Portanto, o aumento da taxa de juros nesses cinco meses e meio foi muito pequeno diante do patamar que herdamos. O IPCA era de 2,23% em janeiro e, no mês de maio, era de 0,61%, continuando em queda. O IGPM indicou deflação e, de todos os indicadores de inflação que estavam num patamar acima de 1,5%, nenhum, hoje, está acima de 0,7%, mostrando que a inflação caiu de forma consistente, permitindo uma queda sustentável e progressiva da taxa básica de juros. O Governo está se esforçando e apresentará medidas, no final deste mês ou no início do próximo, para que a taxa de juros na ponta comece

a cair, porque os spreads bancários são absolutamente inaceitáveis e muita coisa pode ser feita – como cooperativa de crédito, banco do povo, linhas especiais do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal e do BNDES – para forçar a ampliação e o barateamento do custo do crédito no País.

Portanto, o ex-Presidente não poderia criticar a política de juros que deixou como herança, uma vez que praticou as maiores taxas de juros da economia internacional – as quais, inclusive, eram o dobro das que praticamos hoje –, como se o País não tivesse memória do que aconteceu no passado.

O ex-Presidente faz uma dura crítica à reforma tributária e à previdenciária. Quero lembrar que o projeto de reforma previdenciária e tributária foi acordado com os vinte e sete Governadores do País, inclusive com o apoio dos cinco Governadores do PSDB, e entregue na Câmara com autoria comum do Presidente e dos Governadores, num esforço coletivo de concentração, num grande pacto de espírito público. Portanto, não contribui em nada colocar as coisas de forma simplificatória, pois o País sabe da necessidade e da urgência dessas reformas.

O que mais me espanta é o ex-Presidente dizer: "A reforma tributária proposta é, simplesmente, mexer no ICMS. São coisas que aumentam a carga fiscal ou podem aumentar a carga fiscal. Não resolvem a questão da racionalização do sistema tributário".

Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, sobre tudo os que foram da base governista, é aceitável o Governo anterior colocar a reforma tributária dessa maneira? É aceitável? Um Governo que não fez a reforma tributária, que obstruiu todas as tentativas de fazê-la? Lembro-me que o ex-Presidente Michel Temer instalou, com apoio do PMDB e dos Partidos de Oposição, a Comissão da Reforma Tributária na Câmara, na qual trabalhamos durante um ano. Criamos um substitutivo e o Governo o implodiu, como a todas as outras tentativas de reforma tributária.

E mais, fala em aumento de carga tributária potencial? A reforma está sendo feita para manter a receita tributária exatamente por causa da crise fiscal que herdamos, porque a dívida pública, que era de 64% do PIB quando o Presidente Fernando Henrique tomou posse, no final do seu Governo era de R\$625 milhões. Essa dívida exige uma carga tributária elevada e 56% dela devem-se ao aumento da taxa de juros, da política monetária – exatamente a que herdamos e que precisa ser superada.

A carga tributária durante o Governo de Fernando Henrique Cardoso passou de 27,9% do PIB para 35,86%, em 2002. Em nenhum momento da história

econômica do País houve um aumento de carga tributária dessa magnitude em tão pouco tempo, sem nenhum esforço de racionalização, de simplificação e de mudança na estrutura tributária, como está sendo proposto agora.

A idéia de um único código tributário com cinco alíquotas, ao invés de vinte e oito códigos, simplifica, desburocratiza e racionaliza o sistema.

A redução da contribuição patronal para a Previdência Social, para os autônomos e empregadores, ajuda a ampliar o mercado formal de trabalho e trazer para o sistema quarenta milhões de trabalhadores que estão fora da Previdência Social.

A proposta aprovada que dá progressividade ao Imposto sobre Herança e ao Imposto Territorial Rural, aumentando a eficiência do recolhimento, é um instrumento de modernização e de racionalização.

Há outros temas para serem aprimorados na reforma? Vamos construí-los, porque o Governo está aberto.

Os Governadores têm polêmicas sobre temas como taxação na origem? Essa é uma divergência entre os Governadores e não da União.

Quem aumentou de 27,9% para 35,8% e não fez a reforma tributária não pode desqualificá-la, simplificar os argumentos e dizer que se trata de aumento de carga tributária. Isso não é justo, não é correto, não é procedente e não condiz com a qualidade de debate político que deveríamos fazer.

O ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso ainda criticou o Governo atual e disse que "a agenda atual tem que ser de crescimento; não de crescimento irresponsável, mas de crescimento."

Quero lembrar que a taxa de crescimento média dos últimos oito anos foi de 2,3% – a quarta pior do século XX. Só Wenceslau Braz, na Primeira Guerra Mundial, Washington Luiz, na crise de 29, e o Governo de Collor, porque era de Collor, fizeram o Brasil crescer menos do que nos oito últimos anos na nossa História documentada. Portanto, como cobrar crescimento econômico? Como cobrar?

S. Ex<sup>a</sup> afirma: "Nunca houve recessão nos oito anos de Governo do PSDB. Nunca houve crescimento negativo em nenhum trimestre." Não é verdade. No primeiro trimestre de 2002, o PIB caiu 0,8%. No segundo trimestre, 0,2%. Existem momentos, sim, de taxa de crescimento negativa, para não falar numa taxa de crescimento absolutamente modesta – repito, foi a quarta pior do século XX. Isso não conduz aos fatos, pois tivemos taxa de crescimento negativa, sim, tivemos recessão, sim, e não tivemos um compromis-

so com o crescimento econômico, com a qualidade e com a intensidade que o Brasil poderia ter tido, sobretudo por ter privatizado dois terços do seu patrimônio, por ter aumentado a dívida externa em US\$150 bilhões e por ter aumentado a dívida pública em mais de R\$550 bilhões, durante o período de oito anos, deixando, portanto, um constrangimento cambial, fiscal e uma tensão inflacionária extremamente grave. Para essa herança ser superada, é necessário um trabalho extremamente difícil e complexo.

O ex-Presidente diz, ainda: "No Governo do PSDB, as taxas de investimento passaram de 13% para 19% do PIB." Pergunto-me: onde estão esses dados? Qual é a base para se fazer uma argumentação dessa natureza?

A preço constante de 1980, a taxa média de investimento no período de 1995 a 2002 foi de 16,13%; de 1994, 15,02%; de 2002, 13,09%. Portanto, não passou de 13% para 19%. A taxa média é de 16% e a taxa do final do Governo é exatamente a que S. Ex<sup>a</sup> diz que superou, de 13,09%, quando assumiu o Governo com uma taxa de 15,02%. Não há esse aumento na poupança e na capacidade de investimento do País, esses não são os dados disponíveis, não existe fundamentação e eu diria que, sob o ponto de vista estatístico, é grosseiro esse tipo de projeção, que não corresponde a nenhum dos indicadores de investimento disponíveis no País.

O ex-Presidente fez uma crítica severa ao setor de energia e à falta de investimento, dizendo que fez a reforma do Estado antes das privatizações. As privatizações no setor de energia foram feitas antes da agência de regulação, antes das regras que deveriam normatizar o desempenho do setor, e essa foi uma das razões fundamentais da precária taxa de investimento no setor e da fragilidade da parceria entre setor público e setor privado, o que levou o País a um "apagão". Ou não tivemos um racionamento de energia no Brasil? Não tivemos um constrangimento severo por falta de investimentos em energia? Esses são os fatos, é a História.

Este Governo está tendo que repactuar o setor e administrar passivos com a AES que podem gerar o impacto, só no BNDES, de US\$1,2 bilhões de prejuízo, exatamente pela inadimplência e pela forma, eu diria, inconsistente com que foram feitos o marco regulatório, o acompanhamento do setor e a carência de investimentos. Evidentemente, isso tudo exige, hoje, um grande esforço do País no setor de energia,

na Petrobras, no gás, no petróleo, na prospecção e, sobretudo, também, na geração de energia e reorganizar o setor de distribuição. Essa é uma das tarefas fundamentais: repensar as agências, repensar o papel do poder concedente, que é a União, estabelecer regras claras que permitam dar segurança aos investidores para superar o constrangimento, que foi herdado.

Portanto, o Presidente faz uma análise da eleição, dizendo, textualmente, o seguinte:

"No nosso caso, o programa era nosso, estava escrito, foi publicado antes da campanha, que vinha e vinha para aquele programa, agora não tem programa, esse é o programa que me parece grave"

Eu pergunto se, de fato, isso corresponde aos fatos? Ou nós não assistimos à apresentação do primeiro programa do Presidente Fernando Henrique Cardoso, programa este que só tinha capa, não existia o programa de Governo. Eles iniciaram a campanha sem um programa. O nosso programa foi sendo construído, apresentado publicamente, capítulo por capítulo, para todas as áreas de Governo, com as equipes sendo mostradas, com transparências das propostas, com debate qualificado que foi feito durante toda a campanha. Também aqui, eu diria, que não corresponde aos fatos, não é verdade essa afirmação e não contribui para um balanço qualificado do que foi o seu Governo e o que foi esse período recente da História.

O Presidente termina dizendo que não votou no PT, mas que os eleitores do PT estão desiludidos.

Primeiro, não é o que as pesquisas apontam. O prestígio do Presidente Lula continua um dos maiores de toda a História documentada recentemente. E não apenas isso. Eu diria que, mais do que isso. Fui eleitor do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso. Fui Coordenador da sua campanha eleitoral para Senador, em 1978. Eu diria que, na condição de eleitor, realmente me arrependi, politicamente. Fui para a Oposição ao seu Governo; trabalhei, como tantos outros, para mudar o Brasil para melhor, com responsabilidade e com seriedade.

Sr. Presidente, concluo como comecei: não tem sido praxe desta Liderança, da nossa Bancada ou deste Governo, ficar olhando para trás. Não queremos governar olhando para trás. O Brasil precisa olhar para a frente. O Brasil precisa construir políticas alternativas. É absolutamente justo e democrático a crítica e o debate. É o papel da Oposição debater, cri-

ticar e apontar erros e buscar corrigi-los e interagir – e temos feito isso neste Plenário todas às vezes!

Mas, na medida em que o ex-Presidente cobra, com esse rigor, resultados, em cinco meses de governo, eu não tenho outro caminho a não ser qualificar o debate e fazer um balanço, sim, transparente e sério dos últimos 8 anos, mostrando que os dados que foram apresentados não correspondem às estatísticas, aos documentos, e à História documentada deste País. Quero um debate qualificado, um debate sério, um debate rigoroso. Mas, não vamos nos omitir, quando essas questões forem colocadas. Nós não temos nenhuma dificuldade em comparar o atual Governo com o anterior. Os resultados estão aí: o balanço de pagamentos com um superávit de US\$9 bilhões; um déficit nas transações correntes que, nos últimos 12 meses, era de US\$20 bilhões, caiu para US\$3.2 bilhões; está aí o resultado da dívida pública: uma queda de 10% do PIB. A dívida, que era de 62%, caiu para 52,2%. Está aí o resultado da inflação, que está sob controle; está aí a recuperação dos instrumentos de política econômica, na política fiscal, cambial e monetária para começar a fazer este País crescer de forma sustentada com estabilidade. Por tudo isso, em quatro anos, apresentaremos o nosso resultado e uma comparação ainda mais qualificada, eu diria, entre o novo Governo e o anterior. Mas, toda a vez que tivermos que debater o passado, estaremos prontos para discutir, argumentar e qualificar, estaremos prontos para uma discussão séria, profunda, qualificada e consistente. Não há, da nossa parte, qualquer tentativa de revanchismo, muito menos desqualificar interlocutores. Queremos debater com profundidade em cima dos fatos, em cima dos argumentos, para que este País, com transparência, possa fazer a escala que a democracia fez nas últimas eleições: mudar o Brasil, mudar com convicção e mudar para melhor!

Muito obrigado.

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO  
SR. SENADOR ALOIZIO MERCADANTE,  
NA SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA  
DE 18-6-2003, QUE, RETIRADO PELO  
ORADOR PARA REVISÃO, PUBLICA-SE  
NA PRESENTE EDIÇÃO.**

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT-SP.

Como Líder. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, nas críticas que fiz ao pronunciamento do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, concentrei-me sobretudo em fatos, em da-

dos, em números. Ele fala em crescimento econômico, mas a taxa de crescimento de seu governo foi a quarta pior do século XX. Quando ele fala que aumentou a taxa de investimento de 13 para 19% no seu governo, não é fiel aos fatos – exatamente 13% era a taxa em 2002. Ele fez cobranças sobre a taxa de juros, mas lembro que seu governo praticou as maiores taxas de juros da história documentada da economia brasileira – 45%, 42% nas decisões do Copom, na 18<sup>a</sup> reunião e, depois, na 27<sup>a</sup> reunião do Copom. Fui, assim, tratando de cada um dos temas, fundamentado, com dados, com argumentos, confrontando as estatísticas disponíveis com as afirmações do ex-presidente.

O Senador Arthur Virgílio, com a oratória competente, com a vivência política longa, centrou metade de seu pronunciamento sobre o direito de divergir do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, sobre o direito democrático de divergir, sobre a necessidade do debate.

Eu quero lembrar ao Senador Arthur Virgílio que quem não quis falar durante esses cinco meses e meio foi o presidente Fernando Henrique Cardoso. Existe liberdade de imprensa no País, os veículos estão todos disponíveis, rádio, televisão, jornais. Mas S. Ex<sup>a</sup> escolheu uma forma bastante tímida, que foi o site do seu Partido. Volto a repetir, existe liberdade de expressão. Quem ouve o Senador Arthur Virgílio falar parece que o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso estava em Paris, no exílio, por causa da ditadura militar. Não. Ele foi para Paris porque gosta daquele país, porque lá tem bom vinho, boa comida, um ambiente agradável e ele sempre gostou de viajar. Ele sempre gostou da França. Ele está lá por livre e espontânea vontade. Não é uma atitude deste Governo e nem estamos vivendo um regime ditatorial.

Não estamos discutindo, aqui, o direito de debater, a liberdade de expressão ou o pluralismo. E muito menos da parte deste Governo, desta Liderança, em particular, haverá qualquer tentativa de desqualificar a Oposição como interlocutor. Não vamos repetir expressões tipo “nhenhenhém”, neobobos, como se Oposição não tivesse um papel fundamental na democracia, no debate, na crítica e na construção de um processo de mudança do País. S. Ex<sup>a</sup> tem todo o direito de falar. Mas não vai falar como um rei. Não vai falar sem ouvir. Por sinal, quem fala pelos cotovelos, depois tem que usar a boca para tentar explicar o que disse. É um ditado popular muito sábio e vale sempre para os homens públicos. S. Ex<sup>a</sup> tem o direito de criti-

car, mas vai ouvir. Temos, inclusive, todo o interesse em fazer um balanço sobre esses cinco meses e meio ou seis meses de Governo confrontado com os outros oito anos que o ex-Presidente esteve à frente do Estado brasileiro.

Não estamos, portanto, discutindo o direito de divergir ou de debater ou a liberdade de expressão. O Presidente não está no exílio. Ele foi para a França porque quis. Ele falou porque quis. Por sinal, ele deu uma entrevista à *Veja* dizendo que não seria um ex-Presidente que ficaria criticando o Governo, mencionando, inclusive, alguns ex-Presidentes. Ele, em uma outra vez, disse: "Esqueçam o que escrevi". Tem sido próprio da sua trajetória política e não vejo nenhum problema que S. Ex<sup>a</sup> mude de atitude e passe a debater e criticar, porque é justo, e o debate é uma contribuição ao País.

No entanto, se querem olhar para trás, vamos olhar os números, vamos discutir os argumentos, vamos ao mérito da discussão e não tergiversar sobre um tema que não está em pauta, que é o debate democrático no País. Felizmente, todos nós lutamos contra a ditadura, construímos a liberdade de expressão e vivemos um clima da mais ampla liberdade na sociedade brasileira.

Em seguida, o Líder diz que as reformas são miúdas e pequenas. Miúda e pequena foi a reforma tributária que, em oito anos, não foi feita; foi a atitude do Governo de não permitir que a reforma tributária entrasse na pauta do País depois de todo o trabalho feito na Câmara dos Deputados, depois de tantas tentativas feitas no parlamento brasileiro, todas obstruídas, articuladas, desmontadas, pelo Ministro Pedro Malan e pelo Governo Fernando Henrique Cardoso.

O que o ex-Presidente diz – e quero voltar a esse ponto – é que se trata de aumento de carga tributária. Mas como alguém que aumentou a carga tributária, nos níveis em que aumentou – foi o maior aumento de carga tributária da História do Brasil –, pode falar de aumento de carga tributária? Com que fundamento, como S. Ex<sup>a</sup> pode criticar uma reforma tributária que nunca fez e, além disso, aumentou a carga tributária de 27,9% para 35,86% do PIB?

**O Sr. Magno Malta** (Bloco/PL – ES) – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – Precisamos, agora, de uma reforma tributária que simplifique, racionalize, introduza o princípio da progressividade, permita dar mais eficiência ao siste-

ma tributário e só não podemos reduzir a carga tributária imediatamente por uma razão: a dívida pública líquida do setor público que herdamos é de R\$627 bilhões e quando o Presidente Fernando Henrique assumiu era de R\$64 bilhões, ou seja, cresceu mais de 1000% ao longo do último Governo, em um período onde 76% do patrimônio público foi privatizado e 56% do crescimento da dívida é juros. Por isso, não vejo como o ex-Presidente possa criticar um Governo que apresenta um projeto de reforma tributária pactuado com os 27 Governadores, com todos os Governadores do PSDB que vieram aqui na Câmara entregar as reformas e mostrar a importância e relevância delas. É, portanto, um argumento indevido, infundado, precário e inaceitável.

Ouço o nobre Senador Magno Malta.

**O Sr. Magno Malta** (Bloco/PL – ES) – Senador Aloizio Mercadante, quero fazer coro com V. Ex<sup>a</sup> nesta oportunidade, até porque naquela época da discussão da reforma tributária éramos todos Deputados Federais e o Governo dispunha de uma base extremamente significativa na Câmara dos Deputados. Se estivesse disposto a aprovar mais quatro anos o teria feito, pela força e pelo tamanho da base que tinha. Na verdade, não podemos tapar o sol com a peneira: a reforma não foi feita porque o Governo não quis e não se dispôs a fazer, e sabe Deus as razões pelas quais. Mas tentar colocar a inviabilidade da reforma, no Governo passado, no colo da minoria, sem dúvida alguma é zombar da inteligência da sociedade brasileira. Se o Presidente Fernando Henrique Cardoso estivesse disposto, de fato, a fazer essas reformas que o Governo Lula está propondo neste momento certamente o teria feito. Quero encerrar este meu aparte dizendo que, quando foi preciso, critiquei o Vice-Presidente da República, que é do meu Partido, quando saiu falando aleatoriamente, com cinco meses de mandato, conhecendo ele o País que iria receber quando se dispôs a ser Vice-Presidente da República. Assim, como critiquei aquele que é do meu partido, entendo que tenho que fazer coro da mesma forma, neste momento, ao dizer que é muito pouco tempo. Cinco meses de mandato é muito pouco tempo contra o tempo enorme das mazelas que vieram se acumulando desde a Ditadura militar. Muita coisa se fez quando a democracia se instalou, é claro, mas muita coisa também deixou de ser feita, e essas coisas vieram se acumulando. Portanto, o tempo é muito curto para se criticar o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. É preciso que

tenhamos paciência – um traço significativo do comportamento humano –, é preciso dar um tempo maior para que, então, possamos fazer uma análise com um processo comparativo, até porque a população, por mais simples que seja, tem a capacidade de fazer apologia e tirar as suas próprias conclusões. Não cabe esse processo comparativo neste momento; é preciso que esperemos um pouco mais. Quero, pois, parabenizar V. Ex<sup>a</sup> quando, especificamente, trata da questão da reforma que não foi feita porque não se teve vontade naqueles dias.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – Gostaria de agradecer ao Senador Magno Malta pela oportuna intervenção e continuar a minha linha de argumentação.

O ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso diz que o seu Governo não abriu a economia, que não tem responsabilidade, portanto, sobre essa agenda e, sim, o Governo Collor. O Líder Arthur Virgílio diz que foi o Governo Itamar Franco. Quero lembrar que as decisões econômicas mais importantes do Governo Itamar Franco foram tomadas tendo como Ministro da Fazenda o Sr. Fernando Henrique Cardoso. O PSDB não pode ter uma atitude em que se apropria do lado positivo do Governo Itamar e não assume nenhum tipo de responsabilidade sobre outras decisões que foram tomadas em relação à abertura comercial.

Mas os dados históricos vão em outra direção. E vou repetir: as importações, entre 1990 e 1994, Governo Fernando Collor e Itamar Franco, cresceram 5,6% no primeiro ano. Só no primeiro ano, no Governo Fernando Henrique Cardoso, aumentaram em 51%. Quem destruiu o saldo comercial deste País? Vivemos, nos quatro anos do Governo Fernando Henrique Cardoso, o populismo cambial, uma política de âncora cambial devastadora, sustentada, sobretudo, pelo ex-Presidente do Banco Central, Gustavo Franco. E em todas as críticas que a Oposição fazia, pedindo uma mudança de rumo na política econômica, defendendo a taxa de câmbio flutuante, a argumentação era de que o câmbio flutuante traria a inflação de volta, porque tínhamos inércia inflacionária, memória inflacionária e não era possível.

A história mostrou não só que o País acabou vivendo um ataque especulativo, com prejuízos monumentais às finanças públicas – que poderia ter sido evitado – e que aquela tese, pretensamente uma nova teoria econômica inspirada no ideário neoliberal de que não havia mais problema de déficit comercial, porque o “déficit de bicicleta” era a conta de capitais que financiaria o balanço de pagamento, mostrou-se

devastadora e expôs o País a uma grave vulnerabilidade cambial. Hoje, estamos trabalhando, como poucas vezes na História deste País, para reverter essa situação.

Em cinco meses e meio, as exportações cresceram 30,5%. Temos um superávit comercial de US\$9 bilhões neste semestre, praticamente recuperamos o superávit de 1994, de US\$10,4 bilhões, que o Governo Fernando Henrique destruiu em quatro anos. Isso gerou um déficit em transações correntes – quero recuperar os dados, para discutirmos, pois manipular a palavra, dizer frase de efeito, bater na mesa, não resolve; precisamos de argumentos –, que é o dinheiro novo que o País precisava pedir emprestado para fechar as suas contas, de US\$34 bilhões – era de US\$1,7 bilhão quando o Presidente Fernando Henrique tomou posse. Esse era o coração da lógica neoliberal, era isso que empurrava o País para a privatização, para o ajuste fiscal crescente, para a desnacionalização da economia, para o endividamento e para a vulnerabilidade e fragilidade cambial.

Reduzimos esse déficit em transações correntes para US\$3,4 bilhões, nos últimos doze meses, exatamente por causa desse superávit comercial. Estamos criando as condições de superar a vulnerabilidade e de desmontar a lógica da privatização. É por isso que o País não precisa sair privatizando, vendendo o patrimônio e desnacionalizando. Estamos revertendo a lógica pela redução do déficit nas transações correntes que foi construído, projetado e imposto exatamente pela irresponsabilidade da abertura e da política cambial dos quatro anos do Governo Fernando Henrique Cardoso.

Vejo o Líder Arthur Virgílio, agora, dar sugestões e lições sobre taxa de juros. Pedi, publicamente, ao ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso e peço ao Líder um pouco mais de humildade para discutir taxa de juros. Não se fala em “corda em casa de enforcado”, outro ditado popular de grande sabedoria. Na 18<sup>a</sup> Reunião do Copom, em outubro de 1997, a taxa Selic foi para 45,67%; e, na 29<sup>a</sup> Reunião do Copom, 42,12%. O Líder diz o seguinte: se a taxa de juros cair dois pontos é pouco. Ora, se ela cair dois pontos, vamos voltar ao patamar que o Governo entregou em 31 de dezembro, com uma inflação de 2,31%, no IPCA, todos os índices da inflação se acelerando e alcançando um patamar extremamente preocupante para o futuro da estabilidade da economia. Por isso, que os juros não caíram.

V. Ex<sup>a</sup> tem uma longa vivência no debate macroeconômico. Sabe exatamente do que se trata. Assistiu, durante oito anos, à tentativa de justificar a taxa de ju-

ros, sendo que, no primeiro governo, não era necessário que tivéssemos taxa de juros naqueles níveis. Foi exatamente o erro do câmbio que empurrou a taxa para aquele patamar e praticamos as maiores taxas de juros da economia internacional. Com o câmbio flutuante e com superávit comercial, criamos condições cambiais para a taxa de câmbio estabilizar-se, a inflação ceder e os juros caírem. Não apenas a taxa básica, mas a taxa na ponta, o abuso dos spreads bancários que precisam ser enfrentados e que este Governo está tomando medidas exatamente para permitir que a taxa básica e a taxa na ponta possam cair de forma sustentável, consistente e preservando a estabilidade da economia, que é absolutamente essencial.

O Líder do PSDB me criticou por ter feito uma coletiva. Eu não vou pedir autorização a quem quer que seja, no exercício do meu mandato, para falar quando, como e onde eu julgar oportuno, assim como não cobrarei atitude semelhante, de V. Ex<sup>a</sup> ou de qualquer outro Senador, de qualquer outro homem público. Peço apenas coerência, liberdade de expressão, o debate, que tanto V. Ex<sup>a</sup> quer que seja preservado ao Presidente. Respeite o Governo para falar quando, onde e pelos instrumentos que julgar oportuno. Se há uma coisa que gosto – aliás, adorei ao longo dos oito anos que estive na Câmara dos Deputados – é o debate público, franco e direto. É por isto que temos preservado a nossa relação: pela transparência, pela franqueza e pela honestidade dos argumentos. A lealdade com os valores, com aquilo que acreditamos é um princípio importante, e nisso reconheço uma atitude correta de V. Ex<sup>a</sup> ao defender o passado com tanta veemência, com tanta paixão, mas nem sempre com argumentos consistentes. Tratei, um a um, os temas abordados pelo ex-Presidente, coloquei os dados, os fatos, as estatísticas, que não correspondem aos argumentos de S. Ex<sup>a</sup>.

Encerando a minha intervenção, quero dizer que o PSDB escolheu um caminho, mas não dá para fazer uma campanha dizendo que a Argentina é o paradigma, que o Fernando de la Rúa era a ameaça e que caminharíamos para uma situação como a daquele país. O próprio Presidente, no exercício da função, chegou a dizer que o Brasil poderia virar Argentina, e o ex-candidato José Serra não disse outra coisa durante boa parte da campanha. Inclusive, o Programa Nacional do PSDB – quero lembrar – era sobre a Argentina, tinha **ingle** sobre esse país, falava no De la Rúa e fazia associação indevida.

O que eu disse, e quero reler, para deixar bem clara a minha argumentação é o seguinte: "Temos as-

sistido, na história latino-americana, à várias atitudes parecidas com a do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso. O ex-Presidente Carlos Menen fez uma campanha contra o Governo, e acho que contribuiu com a crise que a Argentina viveu. Ele achava que ia ser ressuscitado pelas eleições, mas não foi o que ocorreu. Felizmente, a Argentina não cometeu o mesmo erro duas vezes."

Portanto, analisar a Argentina como paradigma, serve para mais de uma associação. Pela vivência, pela autoridade do ex-Presidente é sempre oportuna a formulação de alternativas e o apontamento de problemas. No entanto, não se pode fazer uma crítica açodada, com dados que não se sustentam. Quando S. Ex<sup>a</sup> fala sobre taxa de investimento, não se sustenta. E como pode falar de crescimento econômico, se praticou os quatro piores desempenhos no século XX? Com que consistência? Com que fundamento? S. Ex<sup>a</sup> cobra taxa de juros, quando seu governo praticou as maiores taxas de juros e deixou uma taxa de 25%. Ela está 26,5% e é exatamente a melhor, a macroeconômica que permite a queda. Não é correto, não é sério, não é justo. Eu diria que é pouco promissor esse tipo de pronunciamento.

Por último, gostaria de dizer que queremos o debate. É evidente que preferimos um debate em que a Oposição possa apontar os problemas. E é legítimo, justo, correto, que a Oposição o faça. Não haverá da nossa parte qualquer tentativa, quero insistir, de desqualificar a Oposição, e muito menos de governar olhando para trás. Não tivemos qualquer tipo de revanchismo, de perseguição e muito menos iremos propor essa como a agenda prioritária do debate.

Queremos discutir as políticas públicas que estão sendo formuladas, as alternativas: reforma tributária; reforma da Previdência; os R\$32 bilhões liberados para a agricultura, com juros de 8% para os grandes proprietários e 4% para a pequena agricultura familiar; a rolagem de toda a dívida agrícola da pequena agricultura familiar – o Senado tem um papel fundamental nas MPs nº 107 e 177 às quais demos uma contribuição inestimável –; o crédito de safra de R\$5,7 bilhões, pela primeira vez oferecido à agricultura familiar; a rolagem da dívida dos assentados em 18 anos, com o rebatimento de dívida de 70% – são cem mil famílias –; os 2,3 milhões de agricultores familiares que tiveram o rebatimento de dívida especialmente, que recebem até R\$15 mil, mas também no Nordeste uma proposta muito favorável para quem recebe até R\$35 mil; o R\$1,5 bilhão para a construção naval, porque os nossos estaleiros estavam fechados, 11 navios **off-shores** sendo construídos, 10 mil empregos diretos

que foram gerados; a planta de papel e celulose, R\$3,8 bilhões do BNDES, o maior projeto de papel e celulose de todo o País na Aracruz.

Quero discutir, portanto, o crescimento econômico, a taxa de juros, a taxa de investimento. O Governo terminou com o que o ex-Presidente disse que começou. Não, S. Ex<sup>a</sup> começou com uma taxa de investimento de 15% e terminou com 13%, jamais 19%, como conclusão do seu Governo. Os dados são públicos, são oficiais, foram construídos pelas instituições que o Governo administrou, como o IBGE e todas as outras que aí estão.

Nesse sentido, espero que a discussão seja feita com base nos argumentos. Quero saber se os partidos sustentam as afirmações ditas na entrevista, se têm estatísticas alternativas para fundamentar as avaliações que foram colocadas, porque apresentei todas as estatísticas e citarei a fonte uma a uma, se for necessário, mostrando que as afirmações do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso não correspondem aos fatos; que o balanço que faz do seu Governo não é nem o balanço eleitoral que o povo fez, porque não reelegeu seu sucessor e muito menos o que a historiografia documentada do Brasil permite, seja em termos de crescimento, de inflação, de taxa de investimento ou dos indicadores sociais. Ele afirmou que diminuiu o fosso social, mas não o fez. A participação do trabalho na renda nacional caiu, a concentração de renda se agravou – é verdade que ela é histórica; há mais de trinta anos, temos um elevado nível de concentração de renda –, mas se agravou, e, por isso mesmo, as afirmações que faz S. Ex<sup>a</sup> não correspondem aos fatos, aos dados, à história.

Não estamos discutindo aqui o direito de debater, mas o dever de ouvir e, sobretudo, qualificar e aprofundar os argumentos. Peço que, sobretudo, os dados sejam contra-argumentados se, de fato, o Governo anterior tem dados consistentes que possam contrariar os fatos que estou apresentando, seja no balanço comercial, seja na taxa de juros, seja na taxa de investimento, seja na área social, seja no crescimento da economia, seja na questão da carga tributária, seja, enfim, em quaisquer desses aspectos que aqui elencamos, argumentamos e apresentamos.

Portanto, temos todo interesse em continuar esse debate qualificado, respeitoso, construtivo para a democracia de Oposição e Governo, mas deve ser profundo, tem que ir à raiz dos problemas. Contra os fatos não há argumentos, e estamos apresentando os

dados, os fatos e a história documentada do Brasil, que não permitem ao ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso fazer um balanço como esse, açodado, apressado, inconsistente e apresentando resultados do seu Governo que não tem qualquer amparo nas estatísticas oficiais que estão disponíveis para qualquer cidadão que queira discutir com profundidade as políticas públicas do Brasil.

Muito obrigado.

#### **PARECER Nº 40, DE 2003 – CN**

**Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO, sobre o Aviso nº 2, de 2003-CN, do Tribunal de Contas da União, que “Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 95, de 2002 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e voto que a fundamentam, referentes ao Relatório de Levantamento da Auditoria, realizada pela 3<sup>a</sup> Secex no Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN, unidade do Ministério da Justiça, no período de 21-3 a 12-4-2002, objetivado verificar a execução das obras relativas à construção, ampliação, reforma e aparelhamento de estabelecimentos penais no Distrito Federal”.**

Relator: Senador Romero Jucá

#### **I – Relatório**

##### **I.1 – Histórico**

Vem a esta Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, por meio do Aviso nº 2, de 2003-CN, do Tribunal de Contas da União, cópia do Acórdão nº 95, de 2002-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referentes ao Relatório de Levantamento de Auditoria realizado no Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN, unidade do Ministério da Justiça, no período de 21-3 a 12-4-2002, objetivando verificar a execução das obras relativas à construção, ampliação, reforma e aparelhamento de estabelecimentos penais no Distrito Federal.

No citado acórdão, o Tribunal de Contas, após determinar ao Depen, a adoção de uma série de medidas, informa ao Congresso Nacional que não há óbices à liberação de recursos destinados à continuidade da execução das obras de complementação do Setor C do Sistema Penitenciário da Papuda.

## I.2 – Análise da Matéria

Cabe, preliminarmente, destacar que o programa de trabalho 14.421.0661.1844.0012 – construção, ampliação, reforma e aparelhamento de estabelecimentos penais no Distrito Federal – Setor **C** do Complexo Penitenciário da Papuda/DF, não consta do Quadro VII (Obras com Indícios de Irregularidades Graves) da Lei nº 10.407/2002 (LOA 2002), nem do correspondente quadro da lei orçamentária para o presente exercício de 2003 (Lei nº 10.640/2003).

Dessa forma, por não haver providência adicional a ser tomada, entendemos que deva a deliberação dessa Comissão acerca do Aviso em exame se limitar ao conhecimento da matéria e posterior arquivamento.

É o relatório.

## II – Voto do Relator

Diante do exposto e considerando que a obra objeto deste Parecer não consta do Quadro VII (Obras com Indícios de Irregularidades Graves) da Lei nº 10.407/2002 (LOA 2002) nem do correspondente quadro da lei orçamentária para o presente exercício de 2003 (Lei nº 10.640/2003) e que a matéria não requer nenhuma providência adicional do Congresso Nacional, do Senado Federal ou desta Comissão, opinamos no sentido de que esta Comissão:

- a)** dela tome conhecimento;
- b)** delibere pelo envio dos autos ao arquivo.

Sala da Comissão, de de 2003. – Deputado **José Carlos Aleluia**, Presidente – Senador **Romero Jucá**, Relator.

## Conclusão

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, na Sétima Reunião Ordinária, em 20 de maio de 2003, aprovou, por unanimidade, o Relatório do Senador Romero Jucá ao Aviso nº

2/2003-CN, relativo a obras de Construção, ampliação, reforma e aparelhamento de Estabelecimentos Penais no Distrito Federal, com voto no sentido de que a Comissão tome conhecimento do referido aviso e determine o seu arquivamento.

Compareceram os Senhores Senadores: Gilberto Mestrinho, Presidente, João Ribeiro, Segundo Vice-presidente, Amir Lando, Augusto Botelho, Delcídio Amaral, Geraldo Mesquita Júnior, Hélio Costa, Jonas Pinheiro, Leomar Quintanilha, Luiz Otávio, Mozarlindo Cavalcanti, Papaléo Paes, Roberto Saturnino, Romero Jucá, Sérgio Cabral, Sérgio Guerra, Serys Slhessarenko; e os Deputados Pauderney Avelino, Primeiro Vice-presidente, Antônio Carlos Mendes Thame, Terceiro Vice-presidente, André Luiz, André Zacharow, Anivaldo Vale, Arnon Bezer, Ary Vanazzi, Benedito de Lira, Carlos Melles, Carlos Nader, Cézar Silvestri, Claudio Cajado, Dr. Benedito Dias, Dr. Evílásio, Dr. Heleno, Dr. Hélio, Edson Ezequiel, Eduardo Cunha, Eduardo Gomes, Eduardo Sciarra, Eduardo Seabra, Eduardo Valverde, Elimar Máximo Damaseno, Félix Mendonça, Francisco Dornelles, Geraldo Resende, Gilberto Kassab, Herculano Anghinetti, Homeno Barreto, Humberto Michiles, Ildeu Araújo, Jackson Barreto, João Almeida, João Grandão, João Magno, Jorge Bittar, José Borba, José Carlos Elias, José Chaves, José Pimentel, José Rocha, Jovair Arantes, Júlio Cesar, Kátia Abreu, Lael Varella, Leonardo Mattos, Luiz Carreira, Machado, Mário Heringer, Mário Negromonte, Mauro Lopes, Milton Monti, Moreira Franco, Nelson Meurer Paulo Afonso, Pedro Fernandes, Professora Raquel Teixeira, Rafael Guerra, Renato Casagrande, Ricardo Barros, Robson Tuma, Rogério Teófilo, Ronaldo Dimas, Rose de Freitas, Telma de Souza, Vignatti, Virgílio Guimarães, Wasny de Roure, Zé Gerardo.

Sala de Reuniões, 20 de maio de 2003. – Senador **Gilberto Mestrinho**, Presidente – Senador **Romero Jucá**, Relator.

## **COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL (52<sup>a</sup> LEGISLATURA)**

<b>BAHIA</b>			
PFL -	Rodolpho Tourinho	PFL -	Heráclito Fortes
PFL -	Antonio Carlos Magalhães	PMDB -	Mão Santa
PFL -	César Borges	PTB -	<b>RIO GRANDE DO NORTE</b>
<b>RIO DE JANEIRO</b>		PMDB -	Fernando Bezerra
PT -	Roberto Saturnino	PFL -	Garibaldi Alves Filho
PL -	Marcelo Crivella	PTB -	José Agripino
PMDB -	Sérgio Cabral	PMDB -	<b>SANTA CATARINA</b>
<b>MARANHÃO</b>		PFL -	Jorge Bornhausen
PMDB -	João Alberto Souza	PT -	Ideli Salvatti
PFL -	Edison Lobão	PSDB -	Leonel Pavan
PFL -	Roseana Sarney	PT -	<b>ALAGOAS</b>
<b>PARÁ</b>		PMDB -	Heloísa Helena
PMDB -	Luiz Otávio	PSDB -	Renan Calheiros
PT -	Ana Júlia Carepa	PT -	Teotônio Vilela Filho
PTB -	Duciomar Costa	PMDB -	<b>SERGIPE</b>
<b>PERNAMBUCO</b>		PFL -	Renildo Santana
PFL -	José Jorge	PDT -	Almeida Lima
PFL -	Marco Maciel	PSB -	Antonio Carlos Valadares
PSDB -	Sérgio Guerra	PMDB -	<b>AMAZONAS</b>
<b>SÃO PAULO</b>		PSDB -	Gilberto Mestrinho
PT -	Eduardo Suplicy	PT -	Arthur Virgílio
PT -	Aloizio Mercadante	PDT -	Jefferson Peres
PFL -	Romeu Tuma	PSDB -	<b>PARANÁ</b>
<b>MINAS GERAIS</b>		PT -	Alvaro Dias
PL -	Aelton Freitas	PT -	Flávio Arns
PSDB -	Eduardo Azeredo	PDT -	Osmar Dias
PMDB -	Hélio Costa	PT -	<b>ACRE</b>
<b>GOIÁS</b>		PSB -	Tião Viana
PMDB -	Íris de Araújo	PT -	Geraldo Mesquita Júnior
PFL -	Demóstenes Torres	PMDB -	Sibá Machado
PSDB -	Lúcia Vânia	PT -	<b>MATO GROSSO DO SUL</b>
<b>MATO GROSSO</b>		PMDB -	Juvêncio da Fonseca
PSDB -	Antero Paes de Barros	PT -	Delcídio Amaral
PFL -	Jonas Pinheiro	PMDB -	Ramez Tebet
PT -	Serys Slhessarenko	PT -	<b>DISTRITO FEDERAL</b>
<b>RIO GRANDE DO SUL</b>		PMDB -	Valmir Amaral
PMDB -	Pedro Simon	PT -	Eurípedes Camargo
PT -	Paulo Paim	PFL -	Paulo Octávio
PTB -	Sérgio Zambiasi	PSDB -	<b>TOCANTINS</b>
<b>CEARÁ</b>		PFL -	Eduardo Siqueira Campos
PSDB -	Reginaldo Duarte	PFL -	João Ribeiro
PPS -	Patrícia Saboya Gomes	PFL -	Leomar Quintanilha
PSDB -	Tasso Jereissati	PMDB -	<b>AMAPÁ</b>
<b>PARAÍBA</b>		PSB -	José Sarney
PMDB -	Ney Suassuna	PMDB -	João Capiberibe
PFL -	Efraim Morais	PT -	Papaléo Paes
PMDB -	José Maranhão	PMDB -	<b>RONDÔNIA</b>
<b>ESPÍRITO SANTO</b>		PT -	Amir Lando
PPS -	João Batista Motta	PMDB -	Fátima Cleide
PMDB -	Gerson Camata	PT -	Valdir Raupp
PL -	Magno Malta	PMDB -	<b>RORAIMA</b>
<b>PIAUÍ</b>		PPS -	Mozarildo Cavalcanti
PMDB -	Alberto Silva	PDT -	Augusto Botelho
		PMDB -	Romero Jucá

**COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES****1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS**  
**(27 titulares e 27 suplentes)****Presidente: Senador Ramez Tebet (PMDB-MS)****Vice-Presidente: Senador Paulo Octavio (PFL-DF)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b><u>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</u></b>	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Flávio Arns
Eduardo Suplicy	3. Serys Shessarenko
Delcídio Amaral	4. Duciomar Costa
Roberto Saturnino	5. Magno Malta
Antonio Carlos Valadares	6. Aelton Freitas
Geraldo Mesquita Júnior	7. (vago)
Fernando Bezerra	8. (vago)
<b><u>PMDB</u></b>	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Mão Santa	2. Luiz Otávio
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Gerson Camata
João Alberto Souza	5. Sérgio Cabral
Pedro Simon	6. Ney Suassuna
Valdir Raupp	7. Íris de Araújo
<b><u>PFL</u></b>	
César Borges	1. Antonio Carlos Magalhães
Efraim Morais	2. Demóstenes Torres
Jonas Pinheiro	3. João Ribeiro
Jorge Bornhausen	4. José Agripino
Paulo Octavio	5. José Jorge
Rodolpho Tourinho	6. Marco Maciel
<b><u>PSDB</u></b>	
Antero Paes de Barros	1. Arthur Virgílio
Sérgio Guerra	2. Romero Jucá
Eduardo Azeredo	3. Lúcia Vânia
Tasso Jereissati	4. Leonel Pavan
<b><u>PDT</u></b>	
Almeida Lima	1. Osmar Dias
<b><u>PPS</u></b>	
Patrícia Saboya Gomes	1. João Batista Motta

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário n º 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS**  
**(29 titulares e 29 suplentes)**

**Presidente: Senador Romero Jucá (PSDB-RR)**  
**Vice-Presidente: Senador Papaléo Paes (PTB-AP)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Ana Júlia Carepa	1. Delcídio Amaral
Eurípedes Camargo	2. Serys Slhessarenko
Fátima Cleide	3. Tião Viana
Flávio Arns	4. Antonio Carlos Valadares
Sibá Machado	5. Duciomar Costa
João Capiberibe	6. (vago)
Aelton Freitas	7. (vago)
Papaléo Paes	8. (vago)
<b>PMDB</b>	
Mão Santa	1. Garibaldi Alves Filho
Juvêncio da Fonseca	2. Hélio Costa
Íris de Araújo	3. Ramez Tebet
Sérgio Cabral	4. José Maranhão
Ney Suassuna	5. Pedro Simon
Amir Lando	6. Romero Jucá
Papaléo Paes	7. (vago)
<b>PFL</b>	
Edison Lobão	1. Antonio Carlos Magalhães
Jonas Pinheiro	2. César Borges
José Agripino	3. Demóstenes Torres
Leomar Quintanilha	4. Efraim Morais
Renildo Santana	5. Jorge Bornhausen
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
<b>PSDB</b>	
Romero Jucá	1. Eduardo Azeredo
Lúcia Vânia	2. Tasso Jereissati
Teotônio Vilela Filho	3. (vago) <sup>1</sup>
Antero Paes de Barros	4. Sérgio Guerra
Reginaldo Duarte	5. Leonel Pavan
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
Álvaro Dias	2. (vago)
<b>PPS</b>	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

<sup>1</sup> O Senador Olivir Gabardo afastou-se do exercício do mandato em 08.03.03.

Secretário: Cleudes Boaventura Farias Nery

Reuniões: Quintas – Feiras às 10:00 horas – Plenário n º 09 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3114605 Fax: 3113652

E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

Atualizado em 28/04./2003

**3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA**  
**(23 titulares e 23 suplentes)**

**Presidente: Senador Edison Lobão (PFL-MA)**  
**Vice-Presidente: Senador José Maranhão (PMDB-PB)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Serys Slhessarenko	1. Eduardo Suplicy
Aloizio Mercadante	2. Ana Júlia Carepa
Tião Viana	3. Sibá Machado
Antonio Carlos Valadares	4. Fernando Bezerra
Magno Malta	5. Geraldo Mesquita Júnior
Papaléo Paes	6. João Capiberibe
Marcelo Crivella	7. (vago)
<b>PMDB</b>	
Amir Lando	1. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	2. Luiz Otávio
José Maranhão	3. Ramez Tebet
Juvêncio da Fonseca	4. João Alberto Souza
Papeléo Paes	5. Íris de Araújo
Pedro Simon	6. Sérgio Cabral
<b>PFL</b>	
Antonio Carlos Magalhães	1. Paulo Octávio
César Borges	2. João Ribeiro
Demóstenes Torres	3. Jorge Bornhausen
Edison Lobão	4. José Jorge
Renildo Santana	5. Rodolpho Tourinho
<b>PSDB</b>	
Arthur Virgílio Neto	1. Antero Paes de Barros
Tasso Jereissati	2. Teotônio Vilela Filho
Romero Jucá	3. Leonel Pavan
<b>PDT</b>	
Jefferson Peres	1. Almeida Lima
<b>PPS</b>	
João Batista Motta	1. Mozarildo Cavalcanti

Secretária: Gildete Leite de Melo  
 Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa  
 Telefone: 3113972 Fax: 3114315  
 E – Mail: [gildete@senado.gov.br](mailto:gildete@senado.gov.br)  
 Atualizada em 13/05/2003

**4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO**  
**(27 titulares e 27 suplentes)**

**Presidente: Senador Osmar Dias (PDT-PR)**  
**Vice-Presidente: Senador Hélio Costa (PMDB-MG)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Fátima Cleide	1. Tião Viana
Flávio Arns	2. Roberto Saturnino
Ideli Salvatti	3. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	4. Papaléo Paes
Duciomar Costa	5. Sibá Machado
Aelton Freitas	6. Marcelo Crivella
(vaga cedida ao PMDB)	7. (vago)
(vago)	8. (vago)
<b>PMDB</b>	
Hélio Costa	1. Mão Santa
Íris de Araújo	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Juvêncio da Fonseca
Gerson Camata	4. Luiz Otávio
Sérgio Cabral	5. Valmir Amaral
José Maranhão	6. Amir Lando
Valmir Amaral (por cessão do Bloco de Apoio ao Governo)	7. (vago)
<b>PFL</b>	
Demóstenes Torres	1. Edison Lobão
Jorge Bornhausen	2. Jonas Pinheiro
José Jorge	3. José Agripino
Leomar Quintanilha	4. Marco Maciel
Renildo Santana	5. Paulo Octavio
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
<b>PSDB</b>	
Sérgio Guerra	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Eduardo Azeredo
Reginaldo Duarte	3. Teotônio Vilela Filho
Antero Paes de Barros	4. Lúcia Vânia
<b>PDT</b>	
Osmar Dias	1. Jefferson Peres
Almeida Lima	2. Álvaro Dias
<b>PPS</b>	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Observação: Conforme acordo de líderes anunciado na reunião da Comissão de Assuntos Econômicos de 19.2.2003, o PMDB ocupará somente 6 cadeiras na Comissão de Educação

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário n° 15 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113498 Fax: 3113121

E – Mail: [julioric@senado.gov.br](mailto:julioric@senado.gov.br).

Atualizada em 10/04/2003

**5) - COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE**  
**(17 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)**  
**Vice-Presidente: Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)**

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Ideli Salvatti	1. Ana Júlia Carepa
Heloísa Helena	2. Delcídio Amaral
Antonio Carlos Valadares	3. Geraldo Mesquita Júnior
Aelton Freitas	
Duciomar Costa	
<b>PMDB</b>	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Gilberto Mestrinho
Gerson Camata	
João Alberto Souza	
<b>PFL</b>	
César Borges	1. Jorge Bornhausen
Efraim Moraes	2. Paulo Octavio
João Ribeiro	
Leomar Quintanilha	
<b>PSDB</b>	
Arthur Virgílio	1. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	
<b>PDT</b>	
Osmar Dias	1. Almeida Lima
<b>PPS</b>	
João Batista Motta	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho  
 Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário n º 6 – Ala Nilo Coelho.  
 Telefone: 3113915 Fax: 3111060  
 E – Mail: [jcarvalho@senado.gov.br](mailto:jcarvalho@senado.gov.br).  
 Atualizada em 28/04/2003

**6) - COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA**  
**(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Magno Malta (PL-ES)**  
**Vice-Presidente: (aguardando eleição)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Sibá Machado	1. Serys Slhessarenko
Eurípedes Camargo	2. (vago)
Magno Malta	3. (vago)
Aelton Freitas	4. (vago)
Marcelo Crivella	5. (vago)
<b>PMDB</b>	
Renan Calheiros	1. Gerson Camata
Ney Suassuna	2. Amir Lando
José Maranhão	3. Gilberto Mestrinho
Sérgio Cabral	4. (vago)
Garibaldi Alves Filho	5. (vago)
<b>PFL</b>	
Edison Lobão	1. Demóstenes Torres
Efraim Morais	2. Jonas Pinheiro
Leomar Quintanilha	3. (vago)
Rodolpho Tourinho	4. Roseana Sarney
<b>PSDB</b>	
Lúcia Vânia	1. Lúcia Vânia
(vago) <sup>1</sup>	2. Romero Jucá
Reginaldo Duarte	3. Antero Paes de Barros
<b>PDT</b>	
Jefferson Peres	1. (vago)
<b>PPS</b>	
Mozarildo Cavalcanti	1. João Batista Motta

<sup>1</sup> O Senador Olivir Gabardo afastou-se do exercício do mandato em 08.03.03.

Secretaria: Maria Dulce V. de Queirós Campos  
 Telefone 3113915 Fax: 3111060  
 E – Mail: [mariadul@senado.br](mailto:mariadul@senado.br) .

Atualizada em 26/03/2003

**7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL**  
**(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)**  
**Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella (PL-RJ)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Eduardo Suplicy	1. Flávio Arns
Heloísa Helena	2. Fátima Cleide
João Capiberibe	3. Aloizio Mercadante
Marcelo Crivella	4. Duciomar Costa
Fernando Bezerra	5. Aelton Freitas
Tião Viana (por cessão do PMDB)	
<b>PMDB</b>	
Gilberto Mestrinho	1. Pedro Simon
João Alberto Souza	2. Ramez Tebet
Luiz Otávio	3. Valdir Raupp
(vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)	4. Juvêncio da Fonseca
Hélio Costa	5. (vago)
<b>PFL</b>	
Antonio Carlos Magalhães	1. Edison Lobão
João Ribeiro	2. Renildo Santana
José Agripino	3. Rodolpho Tourinho
Marco Maciel	4. Roseana Sarney
<b>PSDB</b>	
Arthur Virgílio	1. Antero Paes de Barros
Eduardo Azeredo	2. Tasso Jereissati
Lúcia Vânia	3. Sérgio Guerra
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Álvaro Dias
<b>PPS</b>	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

Secretaria: Maria Lúcia Ferreira de Mello  
 Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário n º 7 – Ala Alexandre Costa  
 Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.  
 E – Mail: [luciamel@senado.gov.br](mailto:luciamel@senado.gov.br)

**8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA**  
**(23 titulares e 23 suplentes)**

**Presidente: Senador José Jorge (PFL-PE)**  
**Vice-Presidente: Senador João Batista Motta (PPS-ES)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Ideli Salvatti	2. Fátima Cleide
Serys Slhessarenko	3. Heloísa Helena
Sibá Machado	4. Ana Júlia Carepa
Geraldo Mesquita Júnior	5. Duciomar Costa
Duciomar Costa	6. Fernando Bezerra
Magno Malta	7. Marcelo Crivella
<b>PMDB</b>	
Gerson Camata	1. Mão Santa
Amir Lando	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valmir Amaral	4. Renan Calheiros
Gilberto Mestrinho	5. Ney Suassuna
José Maranhão	6. (vago)
<b>PFL</b>	
João Ribeiro	1. César Borges
José Jorge	2. Jonas Pinheiro
Marco Maciel	3. Leomar Quintanilha
Paulo Octavio	4. Renildo Santana
Rodolpho Tourinho	5. Roseana Sarney
<b>PSDB</b>	
Leonel Pavan	1. Romero Jucá
Sérgio Guerra	2. Arthur Virgílio
Teotônio Vilela Filho	3. Reginaldo Duarte
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
<b>PPS</b>	
João Batista Motta	1. Mozarildo Cavalcanti

Secretário: Celso Parente

Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa

Telefone: 3114607 Fax: 3113286

E – Mail: cantony@senado.gov.br.

Atualizada em 14/05/2003

**CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**  
**(Resolução do Senado Federal nº 20/93)**

**COMPOSIÇÃO**  
**(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)**

**1ª Eleição Geral:** 19.04.1995  
**2ª Eleição Geral:** 30.06.1999  
**3ª Eleição Geral:** 27.06.2001  
**4ª Eleição Geral:** 13.03.2003

**Presidente:** Senador JUVÉNCIO DA FONSECA <sup>2</sup>

**Vice-Presidente:** Senador DEMÓSTENES TORRES <sup>2</sup>

<b>PMDB</b>					
<b>Titulares</b>	<b>UF</b>	<b>Ramal</b>	<b>Suplentes</b>	<b>UF</b>	<b>Ramal</b>
Juvêncio da Fonseca	MS	1128	1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
<b>PFL<sup>5</sup></b>					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges <sup>4</sup>	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Renildo Santana <sup>4</sup>	SE	1306
<b>PT<sup>1</sup></b>					
Heloísa Helena	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(Vago) <sup>8</sup>			3. Eduardo Suplicy <sup>3</sup>	SP	3213
<b>PSDB<sup>5</sup></b>					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. Reginaldo Duarte	CE	1137
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
<b>PDT</b>					
(Vago)'			1. Augusto Botelho (PDT)	RR	2041
<b>PTB<sup>1</sup></b>					
(Vago) <sup>6</sup>			1. Fernando Bezerra (PTB)	RN	2461
<b>PSB<sup>1</sup>, PL<sup>1</sup> e PPS</b>					
Magno Malta (PL)	ES	4164	1. Marcelo Crivella (PL)	RJ	5077
<b>Corregedor do Senado</b> (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(atualizada em 08.05.2003)

**Notas:**

<sup>1</sup> Partidos pertencentes ao **Bloco de Apoio ao Governo**, constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

<sup>2</sup> Eleitos em 18.03.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

<sup>3</sup> Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.

<sup>4</sup> Eleitos na Sessão do SF de 19.3.2003.

<sup>5</sup> Partidos pertencentes à **Liderança Parlamentar da Minoria**, constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

<sup>6</sup> Vaga ocupada pelo Senador **Geraldo Mesquita Júnior** (Bloco/PSB-AC) até 6.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

<sup>7</sup> Vaga ocupada pelo Senador **Jefferson Péres** (PDT-AM) até 7.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

<sup>8</sup> Vaga ocupada pelo Senador **Flávio Arns** (Bloco/PT-PR) até 8.5.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
 Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
 Telefones: 311-4561 e 311-4552  
 sscop@senado.gov.br  
 www.senado.gov.br/etica

**CORREGEDORIA PARLAMENTAR**  
**(Resolução nº 17, de 1993)**

**COMPOSIÇÃO<sup>1</sup>**

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

**Notas:**

<sup>1</sup> Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL**  
**Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)**

Telefones: 311-4561 e 311-4552

[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)

**PROCURADORIA PARLAMENTAR**  
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

**1<sup>a</sup> Designação**: 16.11.1995  
**2<sup>a</sup> Designação**: 30.06.1999  
**3<sup>a</sup> Designação**: 27.06.2001  
**4<sup>a</sup> Designação** (a ser realizada)

**PROCURADORES**

Senadores	UF	Ramal
<b>PMDB</b>		
<b>PFL</b>		
<b>PT</b>		
<b>PSDB</b>		
<b>PDT/PTB/PSB/PL/PPS</b>		

Atualizada em 17 de fevereiro de 2003

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
**Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)**  
Telefones: 311-4561 e 311-3265

**CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ**  
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,  
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

**COMPOSIÇÃO**

1<sup>a</sup> Designação geral: 03.12.2001  
2<sup>a</sup> Designação geral: 26.02.2003

**Presidente: Senadora Serys Sihessarenko<sup>4</sup>**  
**Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior<sup>4</sup>**

<b>PMDB</b>	<b>UF</b>	<b>RAMAL</b>
<b>Senadora Íris de Araújo<sup>1</sup></b>	GO	3148
<b>PFL<sup>6</sup></b>		
<b>Senadora Roseana Sarney<sup>1</sup></b>	MA	3070
<b>PT<sup>5</sup></b>		
<b>Senadora Serys Sihessarenko<sup>1</sup></b>	MT	2291
<b>PSDB<sup>6</sup></b>		
<b>Senadora Lúcia Vânia<sup>1</sup></b>	GO	2038
<b>PDT</b>		
<b>Senador Augusto Botelho<sup>3</sup></b>	RR	2041
<b>PTB<sup>5</sup></b>		
<b>Senador Papaléo Paes<sup>1-5</sup></b>	AP	3253
<b>PSB<sup>5</sup></b>		
<b>Senador Geraldo Mesquita Júnior<sup>2</sup></b>	AC	1078
<b>PL<sup>5</sup></b>		
<b>Senador Magno Malta<sup>1</sup></b>	ES	4164
<b>PPS</b>		
<b>Senadora Patrícia Saboya Gomes<sup>1</sup></b>	CE	2301

**Atualizada em 7.5.2003**

**Notas:**

<sup>1</sup> Designados na Sessão do SF de 26.2.2003

<sup>2</sup> Designado na Sessão do SF de 7.3.2003

<sup>3</sup> Designado na Sessão do SF de 11.3.2003

<sup>4</sup> Eleitos, por aclamação, em 12.3.2003, na 1<sup>a</sup> Reunião do Conselho.

<sup>5</sup> Partido pertencente ao **Bloco de Apoio ao Governo** (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

<sup>6</sup> Partido pertencente à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

<sup>7</sup> Na Sessão do SF de 7.5.2003, o Senador **Papaléo Paes** comunicou seu desligamento do PTB e filiação ao PMDB.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL**  
**Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)**  
Telefones: 311-4561 e 311-4552  
sscop@senado.gov.br

**CONGRESSO NACIONAL**  
**CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**  
 (Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)  
 (Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

**COMPOSIÇÃO**

**Presidente: JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO<sup>1</sup>**

**Vice-Presidente: JAYME SIROTSKY**

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

<b>LEI Nº 8.389/91, ART. 4º</b>	<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SORAES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO CABRAL DE ARAÚJO	CARLOS ROBERTO BERLINCK
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	MIGUEL CIPOLLA JR.
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	FREDERICO BARBOSA GHEDINI
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	FRANCISCO PEREIRA DA SILVA	ORLANDO JOSÉ FERREIRA GUILHON
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO	MANUEL ALCEU AFFONSO FERREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ALBERTO DINES	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JAYME SIROTSKY	JORGE DA CUNHA LIMA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	CARLOS CHAGAS	REGINA DALVA FESTA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RICARDO MORETZSOHN	ASSUNÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE

Composição atualizada em maio de 2003

**Nota:**

<sup>1</sup> Presidente e Vice-Presidente eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 25.6.2002.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
 Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
 Telefones: (61) 311-4561 e (61) 311-4552  
[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)  
[www.senado.gov.br/ccs](http://www.senado.gov.br/ccs)

**CONGRESSO NACIONAL**  
**CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**  
(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

**COMISSÕES DE TRABALHO**

**01 - Comissão de Regionalização da Programação**

*(constituída na Reunião de 26/06/2002)*

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)

**02 - Comissão de Tecnologia Digital**

*(constituída na Reunião de 26/06/2002, para atender à Consulta nº 1, de 2002-CCS, formulada pela Presidência do Senado Federal ao Conselho de Comunicação Social)*

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão) – desde 14/10/2002
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio) – desde 14/10/2002
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) – desde 14/10/2002

**03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária**

*(constituída na Reunião de 02/09/2002)*

- Regina Dalva Festa (Representante da sociedade civil) – Coordenadora
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)

**04 - Comissão de TV a Cabo**

*(constituída na Reunião de 17/03/2003, para emissão de parecer sobre o Projeto de Lei do Senado nº 175/2001, e mantida para atender à proposta do Parecer nº 2/2003-CCS, aprovado na Reunião de 07/04/2003, no sentido da realização de análise da situação da TV a Cabo no Brasil e apresentação de medidas e iniciativas com vista à solução dos problemas enfrentados pelo setor)*

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil)

**05 - Comissão de Concentração na Mídia**

*(constituída na Reunião de 07/04/2003, para análise da concentração e controle cumulativo nas empresas de comunicação social em pequenas e médias cidades brasileiras)*

- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Alberto Dines (Representante da sociedade civil)
- Ricardo Moretzsohn (Representante da sociedade civil)

**COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL**  
**Representação Brasileira**

**COMPOSIÇÃO**

**16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)**  
**Mesa Diretora eleita em 28.05.2003**

<b>Presidente: Deputado DR. ROSINHA</b>	<b>Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON</b>
<b>Secretário-Geral:</b> <b>Senador RODOLPHO TOURINHO</b>	<b>Secretário-Geral Adjunto:</b> <b>Deputado ROBERTO JEFFERSON</b>

<b>MEMBROS NATOS<sup>(1)</sup></b>	
<b>Senador EDUARDO SUPLICY</b> Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	<b>Deputada ZULAIÊ COBRA</b> Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados

**SENADORES**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT – PTB – PSB – PL)<sup>(2)</sup></b>	
IDELEI SALVATTI (PT/SC)	1. MARCELO CRIVELLA (PL/RJ)
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	2. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB/SE)
<b>PMDB</b>	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. LUIZ OTÁVIO (PMDB/PA)
ROMERO JUCÁ (PMDB/RR)	2. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
<b>PFL<sup>(3)</sup></b>	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
RODOLPHO TOURINHO (PFL/BA)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
<b>PSDB<sup>(3)</sup></b>	
EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)	1. LEONEL PAVAN (PSDB/SC)
<b>PDT</b>	
OSMAR DIAS (PDT/PR)	JEFFERSON PÉRES (PDT/AM)
<b>PPS<sup>(4)</sup></b>	
MOZARILDO CAVALCANTI (PPS/RR)	1. JOÃO BATISTA MOTTA (PPS/ES)

**Notas:**

<sup>(1)</sup> Membros natos, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Resolução 1/1996-CN.

<sup>(2)</sup> O Bloco de Apoio ao Governo foi constituído, no Senado Federal, em 01.02.2003 (DSF de 02.02.2003, pg. 00338).

<sup>(3)</sup> Partido pertencente à Liderança Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB), no Senado Federal, constituído em 29.04.2003 (DSF de 30.04.2003, pg. 09125).

<sup>(4)</sup> vaga decorrente da aplicação da Resolução nº 2, de 2000-CN.

**DEPUTADOS**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>PT</b>	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. PAULO DELGADO (PT/MG)
<b>PFL</b>	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. PAULO BAUER (PFL/SC)
<b>PMDB</b>	
OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)	1. EDISON ANDRINO (PMDB/SC)
<b>PSDB</b>	
FEU ROSA (PSDB/ES)	1. JULIO REDECKER (PSDB/RS)
<b>PPB</b>	
LEODEGAR TISCOSKI (PPB/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PPB/SP)
<b>PTB</b>	
ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
<b>PL</b>	
WELINTON FAGUNDES (PL/MT)	1. NEUCIMAR FRAGA (PL/ES)
<b>PSB</b>	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. EDSON EZEQUIEL (PSB/RJ)
<b>PPS<sup>(1)</sup></b>	
JOÃO HERRMANN NETO (PPS/SP)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

**Nota:**

<sup>(1)</sup> vaga decorrente da aplicação da Resolução nº 2, de 2000-CN.

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/24 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

[cpcm@camara.gov.br](mailto:cpcm@camara.gov.br)

[www.camara.gov.br/mercosul](http://www.camara.gov.br/mercosul)

**CONGRESSO NACIONAL  
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)  
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)**

**COMPOSIÇÃO**

**Presidente: Senador EDUARDO SUPLICY<sup>1</sup>**

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> Deputado NELSON PELLEGRINO (PT-BA)	<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> ( <i>aguardando definição</i> )
<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b> Deputado JOSÉ CARLOS ALELUIA (PFL-BA)	<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b> Senador EFRAIM MORAIS (PFL-PB) <sup>3</sup>
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b> Deputada ZULAIÉ COBRA (PSDB-SP)	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b> Senador EDUARDO SUPLICY (PT <sup>2</sup> -SP)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Telefones: 311-4561 e 311-4552  
[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)  
[www.senado.gov.br/ccai](http://www.senado.gov.br/ccai)

**Notas:**

<sup>1</sup> Conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião da Comissão, realizada em 15.8.2001 (Ata publicada no DSF de 22.08.2001, pg. 17595).

<sup>2</sup> Partido pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo (PT/PTB/PSB/PL), no Senado Federal, constituído em 01.02.2003 (DSF de 02.02.2003, pg. 00338).

<sup>3</sup> Partido pertencente à Liderança Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB), no Senado Federal, constituída em 29.04.2003 (DSF de 30.04.2003, pg. 09125).

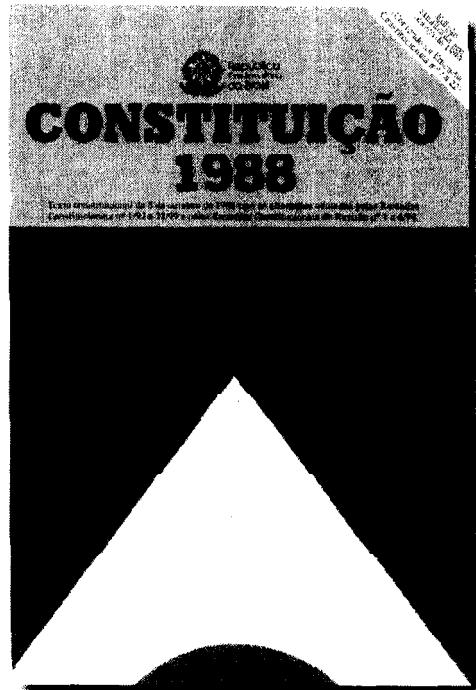


SENADO FEDERAL  
Secretaria Especial de Editoração e Publicações  
Subsecretaria de Edições Técnicas

# Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988

Publicação com atualização permanente.  
Contém o texto constitucional de 5 de outubro de 1988 com as alterações introduzidas pelas Emendas Constitucionais de Revisão, de nºs 1 a 6, e demais emendas constitucionais

Preço por exemplar: R\$ 5,00



Conheça nosso catálogo na Internet  
[www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm](http://www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm)

## Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

**Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal  
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes  
70.165-900 - Brasília - DF**

Nome:			
Endereço:			
Cidade:	CEP:	UF:	
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



**EDIÇÃO DE HOJE: 58 PÁGINAS**